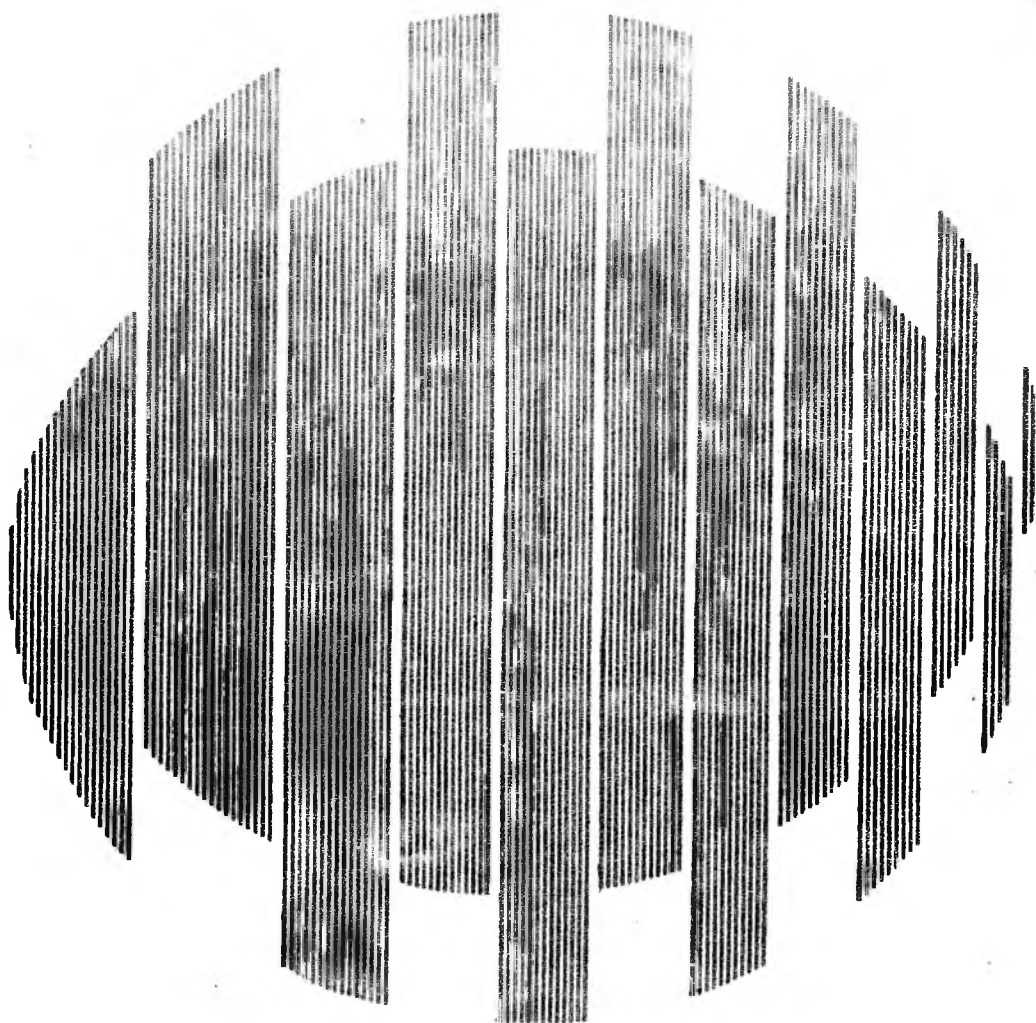


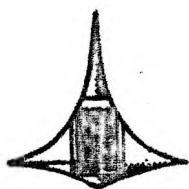
34



O PERFIL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA,
SEGUNDO O CENSO DE 1980-VOLUME I

GDF
SEC
DEPLAN

estudos de estatística educacional _ 17
1985



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

O PERFIL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA,
SEGUNDO O CENSO DE 1980-VOLUME I

José Renato Frota Ribeiro

GDF-SEC-DEPLAN

ESTUDOS DE ESTATÍSTICA EDUCACIONAL - 17

Brasília

1985

0614 Distrito Federal (Brasil). Departamento de
Planejamento Educacional.
p O perfil de escolaridade da população
brasileira, segundo o censo de 1980; texto
de Jose Renato Frota Ribeiro. --
Brasília: Departamento de Planejamento Edu
cacional, 1985.
2 v.: il. -- (Estudos de Estatística Edu
cacional; 17)
1. Escolaridade - Brasil.
I. RIBEIRO, José Renató Frota II. Título III
Série.

CDU: 37.014.14(81)

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

José Ornellas de Souza Filho

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Eurides Brito da Silva

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Gildo Willadino

TEXTO

José Renato Frota Ribeiro

REVISÃO CRÍTICA

Gildo Willadino

TABELAS E CÁLCULOS

Emmy Chio Ming Netto

Heloisa Roberto Vizeu Lima

José Renato Frota Ribeiro

DATILOGRAFIA

Joana D' Arc e Silva

APOIO

Damião Chaves de Souza

Dilcélia Machado Ramos Prates

Thiers Diderot

SUMÁRIO

VOLUME I	Pág.
1 - Comentários Gerais.....	14
1.1 - Classificação dos Anos de Estudo e Apresentação dos Resultados.....	14
1.2 - Tratamento Estatístico dos Dados-Escolaridade <u>Mé</u> dia.....	15
2 - A Escolaridade da População Brasileira.....	17
2.1 - A População de 15 Anos e Mais.....	20
2.1.1 - Perfil, por Unidade da Federação.....	26
2.1.2 - Perfil, por Região.....	36
2.2 - A População de 7 a 14 anos.....	41
2.2.1 - Perfil, por Unidade da Federação.....	46
2.2.2 - Perfil, por Região.....	52
3 - A Escolaridade da População, Segundo a Situação do <u>Do</u> micílio.....	57
3.1 - A População de 15 Anos e Mais.....	59
3.1.1 - Perfil, por Unidade da Federação e <u>Re</u> gião.....	63
3.2 - A População de 7 a 14 anos.....	69
3.2.1 - Perfil, por Unidade da Federação e <u>Re</u> gião.....	72
4 - A Escolaridade da População, Segundo o Sexo.....	78
4.1 - A População de 15 Anos e Mais.....	79
4.1.1 - Perfil, por Unidade da Federação e <u>Re</u> gião.....	82
4.2 - A População de 7 a 14 Anos.....	89
4.2.1 - Perfil, por Unidade da Federação e <u>Re</u> gião.....	93

VOLUME II

Pág.

5 - A Escolaridade da População, Segundo a Idade.....	114
5.1 - Perfil, por Situação do Domicílio.....	119
5.2 - Perfil, por Sexo.....	123
5.3 - Perfil, por Unidade da Federação.....	126
6 - A Escolaridade da População de 20 a 24 Anos.....	143
6.1 - Perfil do País.....	145
6.2 - Perfil, por Situação do Domicílio.....	152
6.3 - Perfil, por Unidade da Federação.....	155
7 - Síntese Conclusiva.....	176
8- Anexo (tabelas).....	180

ÍNDICE DAS TABELAS

<u>Do Texto (volume I)</u>	Pág.
01 - População de 15 Anos e Mais, por Anos de Estudo, Segundo as Regiões e Unidades da Federação - Brasil, 1980.....	40
02 - População de 7 a 14 Anos, por Anos de Estudo, Segundo as Regiões e Unidades da Federação - Brasil, 1980.....	55
03 - Média de Anos de Estudo, Taxa de Alfabetização e Taxa de Escolarização da População de 7 a 14 Anos, Segundo as Regiões e Unidades da Federação- Brasil, 1980.....	56
04 - População Urbana de 15 Anos e Mais, por Anos de Estudo, Segundo as Regiões e Unidades da Federação - Brasil, 1980.....	67
05 - População Rural de 15 Anos e Mais, por Anos de Estudo, Segundo as Regiões e Unidades da Federação - Brasil, 1980.....	68
06 - População Urbana de 7 a 14 Anos, por Anos de Estudo, Segundo as Regiões e Unidades da Federação - Brasil, 1980.....	76
07 - População Rural de 7 a 14 Anos, por Anos de Estudo, Segundo as Regiões e Unidades da Federação - Brasil, 1980.....	77
08 - População Masculina de 15 Anos e Mais, por Anos de Estudo, Segundo as Regiões e Unidades da Federação- Brasil, 1980.....	87
09 - População Feminina de 15 Anos e Mais, por Anos de Estudo, Segundo as Regiões e Unidades da Federação-	

Brasil, 1980.....	88
10 - População Masculina de 7 a 14 Anos, por Anos de Estudo, Segundo as Regiões e Unidades da Federação - Brasil, 1980.....	99
11 - População Feminina de 7 a 14 Anos, por Anos de Estudo, Segundo as Regiões e Unidades da Federação - Brasil, 1980.....	100
 <u>Do Texto (volume II)</u>	
12 - População de 7 a 14 Anos, por Anos de Estudo, Segundo a Situação do Domicílio, Sexo e Grupos de Idade - Brasil, 1980.....	137
13 - População de 15 Anos e Mais, por Anos de Estudo, Segundo Grupos de Idade - Brasil, 1980.....	138
14 - População de 15 Anos e Mais, por Anos de Estudo, Segundo a Situação do Domicílio e Grupos de Idade - Brasil, 1980.....	139
15 - População de 15 Anos e Mais, por Anos de Estudo, Segundo o Sexo e Grupos de Idade - Brasil, 1980.....	140
16 - Média de Anos de Estudo da População de 7 Anos e Mais, por Faixas Etárias, Segundo as Unidades da Federação - Brasil, 1980.....	141
17 - População Total e População de Imigrantes, por Tempo de Residência na Unidade da Federação, Segundo Grupos de Idade - Distrito Federal, 1980.....	142
18 - População de 20 a 24 Anos (Total, Urbana e Rural), por Anos de Estudo, Segundo as Unidades da Federação - Brasil, 1980.....	169

	Pág.
19 - População de 20 a 24 Anos, por Anos de Estudo, Segundo as Unidades da Federação - Brasil, 1980.....	170
20 - População Urbana de 20 a 24 Anos, por Anos de <u>Estu</u> do, Segundo as Unidades da Federação - Brasil, 1980.	172
21 - População Rural de 20 a 24 Anos, por Anos de Estudo, Segundo as Unidades da Federação - Brasil, 1980.....	174
22 - População Total, por Situação de Domicílio, Segundo as Regiões e Unidades da Federação - Brasil, 1980...	179

População de 7 a 14 Anos, por Anos de Estudo, Segundo Grupos de Idade, Situação do Domicílio e Sexo - 1980

Regiões:

01 - Norte.....	181
02 - Nordeste.....	182
03 - Sudeste.....	183
04 - Sul.....	184
05 - Centro-Oeste.....	185

Unidades da Federação:

06 - Rondônia.....	186
07 - Acre.....	187
08 - Amazonas.....	188
09 - Roraima.....	189
10 - Pará.....	190
11 - Anapá.....	191
12 - Maranhão.....	192
13 - Piauí.....	193
14 - Ceará.....	194
15 - Rio Grande do Norte.....	195
16 - Paraíba.....	196
17 - Pernambuco.....	197
18 - Alagoas.....	198
19 - Sergipe.....	199
20 - Bahia.....	200
21 - Minas Gerais.....	201
22 - Espírito Santo.....	202
23 - Rio de Janeiro.....	203
24 - São Paulo.....	204
25 - Paraná.....	205

	Pág.
26 - Santa Catarina.....	206
27 - Rio Grande do Sul.....	207
28 - Mato Grosso do Sul.....	208
29 - Mato Grosso.....	209
30 - Goiás.....	210
31 - Distrito Federal.....	211

População de 15 Anos e Mais, por Anos de Estudo, Segundo
Grupos de Idade, Situação do Domicílio e Sexo - 1980

Regiões:

32 - Norte.....	212
33 - Nordeste.....	213
34 - Sudeste.....	214
35 - Sul.....	215
36 - Centro-Oeste.....	216

Unidades da Federação:

37 - Rondônia.....	217
38 - Acre.....	218
39 - Amazonas.....	219
40 - Roraima.....	220
41 - Pará.....	221
42 - Amapá.....	222
43 - Maranhão.....	223
44 - Piauí.....	224
45 - Ceará.....	225
46 - Rio Grande do Norte.....	226
47 - Paraíba.....	227
48 - Pernambuco.....	228
49 - Alagoas.....	229
50 - Sergipe.....	230

	Pág.
51 - Bahia.....	231
52 - Minas Gerais.....	232
53 - Espírito Santo.....	233
54 - Rio de Janeiro.....	234
55 - São Paulo.....	235
56 - Paraná.....	236
57 - Santa Catarina.....	237
58 - Rio Grande do Sul.....	238
59 - Mato Grosso do Sul.....	239
60 - Mato Grosso.....	240
61 - Goiás.....	241
62 - Distrito Federal.....	242

APRESENTAÇÃO

Prosseguindo no objetivo de fornecer subsídios para um melhor conhecimento da realidade da educação no Distrito Federal, dentro do quadro brasileiro, o Departamento de Planejamento Educacional da Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Distrito Federal põe à disposição de todos aqueles que atuam na área do ensino, o 17º caderno da série "Estudos de Estatística Educacional".

O presente expande os limites e desenvolve a matéria do caderno de nº 7 dessa mesma série, apresentando uma análise descritiva - comparativa do perfil de escolaridade (anos de estudo) da população brasileira, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo as regiões e unidades da Federação.

A reapresentação da matéria é justificada pela necessidade de se complementar e aprimorar o estudo, sendo isto realizado sob três aspectos: o primeiro diz respeito à consistência dos dados, posto que, enquanto o estudo anterior adotou como fonte as Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980 (publicação do IBGE que apresenta resultados estimados do Censo); o presente é baseado nos dados definitivos; o segundo consiste do aprofundamento da análise, que, no primeiro caso, limitou-se à escolaridade média da população, enquanto aqui considera, também, a distribuição da população, por anos de estudo. Finalmente, o último aspecto refere-se à abordagem de novos assuntos, como é, por exemplo, o caso da análise do perfil de escolaridade, por situação do domicílio.

O trabalho constitui-se de dois volumes, cada qual englobando quatro itens: o volume I, que aborda a escolaridade das populações de 7 a 14 anos e 15 anos e mais, busca posi

cionar as diferentes regiões e unidades da Federação, no que tan
ge ao perfil de estudo das pessoas na faixa de educação compulsô
ria, bem como do contingente que já ultrapassou a referida fai
xa; o volume II, que analisa a escolaridade das populações dos
diversos grupos etários, conforme discriminação adotada no Censo,
objetiva inferir o progresso havido na área educacional, ao lon
go do presente século, como, também, a realidade atual, quer pa
ra o País como um todo, quer para as unidades federadas.

Cabe esclarecer que, assim como os demais estu
dos da série, também este não tem por objetivo propor soluções .
Almeja, quando muito, servir de instrumento adicional na identi
ficação das distorções que caracterizam o processo educacional no
Distrito Federal e no Brasil.

1 - COMENTÁRIOS GERAIS

1.1 - Classificação dos Anos de Estudo e Apresentação dos Resultados

O Censo Demográfico de 1980 classificou os anos de estudo em função da série mais elevada concluída pelas pesoas de 5 anos ou mais, que haviam freqüentado ou estavam freqüentando escola, à data de referência do Censo (1º de setembro de 1980).

Em concordância com a estrutura de ensino vigente, foi adotada a seguinte correspondência: 1 a 8 anos - 1º grau; 9 a 11 anos - 2º grau; e 12 anos e mais - superior, inclusive mestrado ou doutorado. Não foram computados os anos de estudo relativos ao pré-escolar, ou ensino equivalente.

Para as pessoas que freqüentavam cursos não seriados, consideram-se: 4 anos para as que freqüentavam supletivo de 1º grau; 8 anos para as que se encontravam no supletivo de 2º grau; 12 anos para as que freqüentavam vestibular; e 17 anos e mais para as que freqüentavam mestrado ou doutorado. Aquelas que cursaram o antigo primário, ginásial, colegial, ou cursos correspondentes, tiveram os anos de estudo computados a partir da equivalência de séries com o 1º e 2º graus.

Quanto à apresentação dos resultados, nas Tabulações Avançadas a população foi distribuída por sexo e idade, segundo os seguintes grupos de anos de estudo: sem instrução e menos de 1 ano; 1 ano; 2 anos; 3 anos; 4 anos; 5 a 8 anos; 9 a 11 anos; e 12 anos e mais.

Com essa distribuição perderam-se informações importantes, já que não havia condições de se saber, por exemplo: a situação de escolaridade nas zonas urbana e rural, pois seus dados não foram divulgados; a parcela da população que tinha instrução equivalente ao 1º e 2º graus completos, respectivamente, 8 e 11 anos de estudo; enfim, foram vários os detalhes prescindi

dos.

Por ocasião da divulgação dos resultados definitivos do Censo, a população foi distribuída por situação do domicílio, sexo e idade, segundo escala de variação unitária dos anos de estudo, escala esta que inicia com o grupo "sem instrução e menos de 1 ano" e termina com o grupo de "17 anos e mais".

Esta forma de apresentação sanou os problemas de falta de detalhamento verificados nas Tabulações Avançadas, permitindo, conseqüentemente, análises mais aprofundadas.

1.2 - Tratamento Estatístico dos Dados - Escolaridade Média

A média de estudo (escolaridade média) da população resulta do somatório dos anos de estudo correspondentes a cada pessoa, dividido pelo total de pessoas da população.

Se forem comparadas as médias calculadas a partir das estimativas apresentadas nas Tabulações Avançadas (caderno de nº 07) com aquelas obtidas com base nos dados definitivos, verificar-se-á que houve, no primeiro caso, para todas as unidades da Federação, uma superestimação da escolaridade das pessoas na faixa etária dos 7 aos 14 anos, e uma subestimação com relação ao contingente de 15 anos e mais.

Tais distorções, em parte justificadas pelas diferenças entre os dados estimados e os reais, tiveram como causa principal o fato de, no estudo anterior, ter sido considerada homogênea a distribuição da população dentro dos grupos de estudo que agregavam pessoas com instrução variada (5 a 8 anos, 9 a 11 anos e 12 anos e mais), tendo sido utilizados para o cálculo da média, os pontos intermediários correspondentes (6,5 anos, 10 anos e 13,5 anos), quando, na realidade, não se verificava essa homogeneidade.

Na população de 7 a 14 anos o número de pessoas

com 5 e 6 anos de estudo é bastante superior ao número daquelas com 7 e 8 anos; já a população de 15 anos e mais apresenta uma maior concentração de pessoas nos extremos superiores de cada grupo, ou seja, com 1º grau completo (8 anos de estudo), 2º grau completo (11 anos) e na fase terminal do curso superior, com curso superior completo, mestrado ou doutorado (15 e mais anos de estudo). Essa concentração avoluma-se à medida que aumentam as idades.

Em vista do acontecido deve-se observar que, no caderno de nº 7, não se incorreu deliberadamente em erro ao se utilizar os pontos intermediários como representativos da escolaridade da população, nos grupos que agregam instruções diversas. Ocorre que as normas estatísticas determinam esse método de cálculo da média, nos casos em que os dados se apresentam agrupados.

Fica, pois, justificado tal procedimento.

2 - A ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Como foi observado anteriormente (subitem 1.1), o Censo de 1980 pesquisou a variável "anos de estudo (completos)" para toda a população com idade superior a 4 anos.

Se o presente estudo se prestasse a analisar a situação de escolaridade dessa população como um todo, certamente chegaria a resultados com nenhum valor prático, dadas as disfunções existentes com relação às possibilidades e oportunidades de estudo (frequência à escola) tidas pelas pessoas dos vários grupos etários. Sendo assim, de acordo com essas características, a população foi subdividida em três subpopulações (5 e 6 anos de idade, 7 a 14 anos e 15 anos e mais) que constituíram objetos de análise diferenciados.

O artigo 19 da Lei 5 692, de 11 de agosto de 1971, reza que "para o ingresso no ensino de 1º grau, deverá o aluno ter a idade mínima de 7 anos", enquanto o parágrafo 1º desse mesmo artigo estabelece que "as normas de cada sistema de ensino disporão sobre as possibilidades de ingresso no ensino de 1º grau de alunos com menos de 7 anos de idade".

Por conseguinte, já que não foram computados os estudos relativos ao pré-escolar ou ensino correspondente, há de se admitir que apenas em casos ultra excepcionais poderia uma pessoa com idade de 5 ou 6 anos, à época do Censo, contar com 1 ano de estudo completo, pois, obrigatoriamente, teria de haver ingressado no ensino de 1º grau, no mínimo, com 4 ou 5 anos, e ter, além do mais, obtido aprovação na 1ª série.

De conformidade com o Censo de 1980, esse feito ainda não havia sido conseguido: toda a população com 5 e 6 anos encontrava-se incluída no rol das pessoas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo.

Dos dados relativos à frequência à escola consta-se que, dos 3 086 516 brasileiros com 5 anos de idade, 558 262 frequentavam o pré-escolar e os demais não estudavam, e dos 2 968 742

com idade de 6 anos, 334 994 estavam no pré-escolar e 500 182 cursavam a 1ª série do 1º grau; porém, nenhum foi encontrado na 2ª série.

Sobre a população de 7 a 14 anos, a Lei 5 692, respectivamente nos Artigos 20 e 44, dispõe: "o ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos ..."; e, "nos estabelecimentos oficiais, o ensino de 1º grau é gratuito dos 7 aos 14 anos, e o de níveis superiores sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos e não tenham repetido mais de um ano letivo ou estudos correspondentes no regime de matrícula por disciplinas". O Artigo 18 estabelece a duração de oito anos letivos para o ensino de 1º grau.

Essa população encontra-se, portanto, na obrigação de estudar, mas, em contrapartida, conta com garantia da oportunidade de estudo (gratuito nos estabelecimentos oficiais). O Censo não acusou a existência de pessoas dessa faixa etária com escolaridade superior a 8 anos de estudos completos.

A população de 15 anos e mais, por sua vez, pode ser caracterizada como aquela para com a qual cessou a obrigatoriedade constitucional para com o ensino formal. Não quer isto dizer que esteja impedida ou impossibilitada de dar continuidade, ou mesmo, iniciar os estudos; simplesmente não é obrigada a isso, e nem o Poder Público se compromete a garantir tais oportunidades, ressalvado o disposto no Artigo 44 da Lei 5 692, já referenciado.

O ensino de 2º grau, conforme o Artigo 22, "tem três ou quatro séries anuais" e, de acordo com o Artigo 21, "destina-se à formação integral do adolescente", donde se conclui que é destinado, mais precisamente, àqueles na faixa dos 15 aos 17 ou 18 anos (conforme o número de séries), sendo assegurada a gratuidade desse ensino, nos estabelecimentos oficiais, àqueles com falta ou insuficiência de recursos (Artigo 44).

Como opções, essa população pode dar continuidade aos estudos em estabelecimentos particulares, mediante pagamento, ou, ainda, frequentar o ensino supletivo, opção mais viável e às vezes única, quando se trata da necessidade de recuperação e/ ou atua

zação.

Segundo o Artigo 24 da Lei 5 692, "o ensino supletivo tem por finalidade: a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria; e b) propiciar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte".

Em suma, aí está a caracterização dos três grupos populacionais considerados, no que concerne às oportunidades de estudo já a partir da reforma do ensino instituída pela Lei 5 692/71.

Não se pode esquecer, contudo, que a escolarização compulsória limitava-se, até 1971, ao ensino primário (4 anos, para efeito deste estudo), conforme estabelecia o Artigo 168, item 1, da Constituição do Brasil de 1946, sendo este mais um particular no que tange às oportunidades educacionais tidas pela população de 15 anos e mais.

A população de 5 e 6 anos não mais necessita ser estudada, haja vista que, toda ela, justificadamente, conta com zero ano de estudo completo, estando, conseqüentemente, com a situação de escolaridade inteiramente definida.

2.1 - A População de 15 Anos e Mais

Segundo o Censo Demográfico de 1980, a população de 15 anos e mais, no Brasil, apresentava a seguinte distribuição por anos de estudo:

	População de 15 anos e mais		
Anos de Estudo	%	% acumulado	
Sem instrução e menos de 1 ano	27,42	100,00	
1 ano	4,12	43,07	72,58
2 anos	7,12		68,46
3 anos	9,90		61,34
4 anos	21,93		51,44
5 anos	3,16	15,97	29,51
6 anos	3,19		26,35
7 anos	3,30		23,16
8 anos	6,32		19,86
9 anos	1,75	9,25	13,54
10 anos	1,79		11,79
11 anos	5,71		10,00
12 anos	0,61	4,29	4,29
13 anos	0,58		3,68
14 anos	0,68		3,10
15 anos	1,47		2,42
16 anos	0,64		0,95
17 anos e mais	0,31		0,31
Total	73 374 327 (1)		

(1) Não consideradas as pessoas sem declaração de estudo.

O grupo sem instrução e com menos de 1 ano de estudo representava 27,42% da população de 15 anos e mais, aí incluídos os alunos da 1ª série do 1º grau ou alfabetização de adultos (318 490 estudantes, perfazendo 0,43% do total) e as pessoas que nunca frequentaram escola, ou que, mesmo tendo frequentado, não conseguiram completar, com sucesso, 1 ano de estudo (26,99%).

Com instrução de 1 a 4 anos, tendo completado pelo menos uma das quatro séries iniciais do 1º grau (antigo primário), havia 43,07%, dos quais a metade (21,93%) contava com 4 anos de estudo, tendo, pois, escolaridade equivalente ao primário completo, e os demais 21,14% encontravam-se distribuídos de forma crescente nos níveis de 1 a 3 anos.

Com 5 e 8 anos, ou o correspondente à segunda metade do 1º grau (antigo ginásial), havia 15,97%, ou seja, menos de dois quintos do contingente com instrução primária. Desse grupo, para cada 2 pessoas com 8 anos de estudo (1º grau ou ginásial completo) encontravam-se, aproximadamente, 3 com ginásial incompleto (1 com 5 anos, 1 com 6 anos e 1 com 7 anos).

Com o 2º grau (antigo colegial) completo ou incompleto (9 a 11 anos de estudo), havia 9,25%, ou o equivalente a pouco menos de três quintos dos que apresentavam de 5 a 8 anos. Para cada 3 pessoas com 11 anos de estudo (2º grau ou colegial completo), havia 1 com 9 anos e 1 com 10.

O grupo com curso superior, mestrado ou doutorado (12 e mais anos de estudo) representava 4,29% do total, portanto, pouco mais de dois quintos do contingente encontrado no 2º grau.

A análise da distribuição do contingente com curso superior é prejudicada por não haver condições de se estabelecer para cada grupo de estudo a parcela que contava com curso completo ou incompleto.

Com 14 anos de estudo encontravam-se as pessoas que já haviam completado cursos de curta duração (3 anos) e aquelas que completaram apenas a 3ª série dos cursos de 4,5 e 6 anos. Da mes

na forma, o grupo com 15 anos de estudo inclui as pessoas que concluíram cursos de 4 anos e as que completaram apenas a 4ª série dos cursos de 5 e 6 anos, cabendo o mesmo tipo de observação para o grupo com 16 anos de estudo. Já o grupo com 17 anos e mais conta com as pessoas que completaram curso superior de 6 anos, como, também, aquelas que apresentavam mestrado ou doutorado.

De acordo com os dados do Censo relativos ao grau do curso completo e à série freqüentada, 36 398 pessoas freqüentavam mestrado ou doutorado, e 63 337 haviam completado um desses cursos. A soma (99 935) representava 0,14% da população de 15 anos e mais (73 374 327 pessoas). Portanto, dos 0,31% que apresentavam 17 anos e mais de estudo, 0,17% tinham curso superior de 6 anos, e os demais 0,14% correspondiam à parcela com mestrado ou doutorado.

O Censo acusou, ainda, 1,81 milhão de pessoas com curso superior completo (3, 4, 5 e 6 séries), representando 2,47% do total da população, sendo flagrante a superioridade, em número, dos concluintes dos cursos de 4 séries (15 anos de estudo).

Assim, dos 4,29% que apresentaram 12 e mais anos de estudo, 1,68% contavam com curso superior incompleto, 2,47% contavam com superior completo e 0,14% contavam com mestrado ou doutorado. Colocando de outra forma, para cada 100 pessoas com 12 e mais anos de estudo, 39 tinham curso superior incompleto, 58 tinham superior completo e apenas 3 contavam com mestrado ou doutorado, completo ou incompleto.

Lançando mão da antiga nomenclatura (anterior à Lei 5 692/71), é apresentado a seguir um resumo da situação:

Instrução	População de 15 anos e mais (%)	
Sem instrução	27,42	48,56
Primário Incompleto	21,14	
Primário Completo	21,93	80,14
Ginasial Incompleto	9,65	
Ginasial Completo	6,32	90,00
Colegial Incompleto	3,54	
Colegial Completo	5,71	
Superior Incompleto	1,68	
Superior Completo	2,47	
Mestrado ou Doutorado	0,14	

Diante destes dados, pode-se dizer que a população de 15 anos e mais, no Brasil, a despeito da parcela com bom desempenho, realmente apresentava, em 1980, nível de escolaridade muito baixo.

Observe-se que, dos 73 374 327 brasileiros dessa faixas de idade, 90,00% não concluíram os estudos equivalentes ao 2º grau (antigo colegial) e não menos que 80,14% não conseguiram concluir o 1º grau (antigo ginásial). Assim, 4 de cada 5 pessoas dessa população não contavam com a instrução que atualmente se faz obrigatória, conforme determinado na Lei 5 692/71, que estabelece a compulsoriedade do ensino de 1º grau, já na faixa de 7 a 14 anos de idade.

A situação fica mais delicada quando se verifica que 48,56% (praticamente a metade) não haviam cumprido com a escolarização compulsória instituída há quatro décadas (instrução primária), sendo que 56,5% desse grupo, ou 27,42% dos brasileiros com mais de 14 anos, não contavam, sequer, com 1 ano de estudo, o que em termos absolutos equivale a 20,1 milhões de não instruídos.

A média de estudo dessa população, em 1980, era de 4,03 anos, ou o equivalente ao antigo curso primário completo.

Este dado, por si só, já seria suficiente para se inferir o baixo nível de escolaridade. Mesmo as pessoas do extremo inferior dessa faixa etária (15 anos) poderiam contar com o 1º grau completo, implicando em que a instrução média dessa população deve ria estar bem acima dos 8 anos de estudo, portanto, mais do dobro da média apresentada.

Como é sabido, problemas como ingresso tardio, reprovação e evasão com retorno afetam o desempenho escolar imprimindo-lhe atraso. Porém, dois outros fatores podem ser tidos como os principais responsáveis pelo baixo nível constatado, são eles: a não iniciação dos estudos e a evasão definitiva.

O problema da não iniciação dos estudos é facilmente identificado, bastando para isso que se observe o alto contingente da população não instruída (27,42%).

Para melhor precisar o problema da evasão definitiva, deve ser considerado que as pessoas encontradas nos níveis de estudos mais elevados já passaram pelos mais baixos.

Tomando-se por base a distribuição percentual acumulada (página 20, 2ª coluna de dados), poder-se-á ter uma idéia do abandono em cada série:

Considere-se inicialmente que 72,58%, ou 726 em 1 000 brasileiros de 15 anos e mais, conseguiram concluir a 1ª série do 1º grau.

Veja-se agora que cai para 68,46%, ou 685 em 1 000, os que apresentaram 2 ou mais anos de estudo.

A diferença (4,12%, ou 41 pessoas em 1 000) corresponde ao contingente que concluiu a 1ª série, mas não conseguiu concluir a 2ª. Assim, de cada 100 que concluíram a 1ª série, aproximadamente 6 permaneceram com esta instrução.

Da mesma forma, se 685 em 1 000 concluíram a 2ª série, e apenas 613 terminaram a 3ª, pode-se inferir pela diferença

(72 pessoas) que de cada 100 que completaram a 2ª série, aproximadamente 10 não concluíram a 3ª.

Segundo esse raciocínio, chega-se aos seguintes resultados: 16 em 100 que concluíram a 3ª série não concluíram a 4ª ; 43 em 100 concluintes da 4ª série (antigo primário) permaneceram com essa instrução; 11 em 100 que completaram a 5ª série não terminaram a 6ª; 12 em 100 ficaram retidos entre a 6ª e a 7ª séries; 14 em 100 que concluíram a 7ª série não concluíram a 8ª; 32 em 100 dos que completaram o 1º grau ou ginásial não concluíram a 1ª série do 2º grau; 13 em 100 que concluíram a 1ª série do 2º grau não concluíram a 2ª; 15 em 100 ficaram retidos entre a 2ª e 3ª séries; 57 em 100 que completaram o 2º grau ou colegial não completaram a 1ª série do curso superior; 14 em 100 ficaram retidos após terminarem a 1ª série do curso superior; 16 em 100 ficaram retidos entre a 2ª e 3ª séries ; 22 em 100 que concluíram a 3ª série do superior não concluíram a 4ª; 61 em 100 que completaram a 4ª série (15 anos de estudo) não completaram a 5ª; e 67 em 100 que concluíram a 5ª série não concluíram a 6ª.

Como se pode perceber, o problema da retenção incide em todas as séries, sendo que os maiores índices ocorrem após a conclusão de cada grau de ensino (antigo primário - 43 em 100; 1º grau - 32 em 100; 2º grau - 57 em 100; e superior - 22 em 100, 61 em 100 e 67 em 100, respectivamente, com a conclusão dos cursos de 3,4 e 5 anos).

Como informação adicional verifica-se, ainda, que de cada grupo de 100 brasileiros de 15 anos e mais que completaram ao menos os estudos equivalentes à 1ª série do 1º grau (72,58%), 71 concluíram a 4ª série (antigo primário), 27 completaram o 1º grau (ginásial), 14 concluíram o 2º grau (colegial), 6 contavam com curso superior, mestrado ou doutorado, completos ou incompletos, e 4 (mais exatamente 3,6) completaram o superior (2,47% com superior completo + 0,14% com mestrado ou doutorado); de 100 que concluíram o primário (51,44%), 39 terminaram o 1º grau; de 100 que completaram

o 1º grau (19,86%), 50 terminaram o 2º; e de 100 que concluíram o 2º grau (10,00%), 43 contavam com superior, mestrado ou doutorado, com pletos ou incompletos, e 26 concluíram curso superior.

2.1.1 - O Perfil, por Unidade da Federação

Encontrando-se em situações que gravitam em torno da brasileira, as unidades da Federação apresentaram, em 1980, para a população de 15 e mais, níveis de escolaridade com acentuadas diferenças.

O Distrito Federal, unidade em melhor situação, contava com média de 6,34 anos de estudo, ou o equivalente a pouco mais que a 6ª série do ensino de 1º grau, ou, ainda, à metade do antigo curso ginásial.

Como se percebe, embora apresentando 2,31 anos a mais que a média do País (4,03 anos), a população dessa unidade ainda contava com desempenho muito aquém do ideal (bem acima dos 8 anos).

Na ordem decrescente das médias, seguiam-se:

a) o Rio de Janeiro, com 5,56 anos (0,78 a menos que o Distrito Federal);

b) entre 4 e 5 anos - São Paulo (4,97), Rio Grande do Sul (4,82), Santa Catarina (4,53), e já muito próximo da média nacional, Espírito Santo e Amapá, respectivamente, com 4,09 e 4,08 anos.

As unidades até aqui relacionadas (incluídas 1 da Região Norte, 3 da Sudeste, 2 da Sul e 1 da Centro-Oeste) são as únicas cuja população, em média, conseguiu cumprir pelo menos os estudos correspondentes ao curso primário completo.

Seguiam-se:

c) entre 3,5 e 4 anos - Paraná (3,90) e Minas Gerais (3,88), que completam as regiões Sul e Sudeste; Roraima (3,66) e Mato Grosso do Sul (3,65);

d) entre 3 e 3,5 anos - Goiás (3,48), Amazonas

(3,47), Pará (3,42), Mato Grosso (3,25) e Pernambuco (3,14).

Com média inferior a 3 anos de estudo encontravam-se todas as unidades da Região Nordeste, à exceção de Pernambuco, e 2 da Região Norte (Rondônia e Acre).

e) entre 2,5 e 3 anos - Rondônia (2,88), Rio Grande do Norte (2,82), Sergipe (2,63), Ceará e Paraíba com a mesma média (2,54 anos) e Bahia (2,51);

f) abaixo de 2,5 anos - Acre (2,43), Alagoas (2,23), Piauí (2,21) e, finalmente, o Maranhão, com média de 2,11 anos de estudo, ou equivalente a pouco mais que a metade do curso primário.

Comparadas as unidades com melhor e pior situação, a diferença era de 4,23 anos em favor do Distrito Federal, que apresentava o triplo da escolaridade média do Maranhão.

Da distribuição por estudo, assim como foi constatado para o Brasil, observa-se que, também, o desempenho das populações dessas unidades foi fortemente afetado pela não iniciação dos estudos e evasão definitiva, sendo que no Maranhão o problema se apresenta com notório agravamento.

População de 15 Anos e Mais (%)

Anos de Estudo	Distrito Federal		Maranhão	
Sem instrução e - de 1 ano	11,76		53,05	
1 ano	34,43	3,42	32,30	5,85
2 anos		4,74		8,06
3 anos		7,08		8,23
4 anos		19,19		10,16
5 anos	24,82	3,91	8,49	2,06
6 anos		4,31		1,87
7 anos		5,41		1,92
8 anos		11,19		2,64
9 anos	17,88	3,18	5,22	1,04
10 anos		3,51		1,05
11 anos		11,19		3,13
12 anos	11,11	1,28	0,94	0,13
13 anos		1,29		0,13
14 anos		1,45		0,12
15 anos		4,55		0,37
16 anos		1,56		0,10
17 anos e mais		0,98		0,09
Total	279 663(1)		2 179 541(1)	

(1) Não consideradas as pessoas sem declaração de estudo.

Se no Distrito Federal apenas 11,76% da população de 15 anos e mais encontravam-se no grupo das pessoas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo, e próximo de três quartos (73,00%) haviam cumprido, pelo menos, o equivalente às quatro séries iniciais do 1º grau, no Maranhão, mais da metade da população (53,05%) era não

instruída, e somente 24,81% (1 de cada 4 pessoas) apresentavam 4 anos e mais de estudo.

As diferenças tornam-se mais evidentes quando se observa que, enquanto no Maranhão apenas 8,80% contavam com ao menos o 1º grau completo, e somente 1 de cada 25 (4,07%) conseguiu completar o 2º grau, no Distrito Federal, 40,18% haviam concluído 8 anos e mais de estudo, e 22,30% (mais de 1 em 5) concluíram o 2º grau.

A parcela que apresentava curso superior, mestrado ou doutorado chegou a 11,11%, ou 1 de cada grupo de 9 pessoas de 15 anos e mais, no Distrito Federal, enquanto no Maranhão apenas 1 de cada 106 pessoas (0,94%) contava com essa instrução.

Cabe uma rápida comparação dessas unidades com o Brasil:

População de 15 anos e mais (%)			
Anos de Estudo	Brasil	Distrito Federal	Maranhão
Sem instrução e			
- de 1 ano	27,42	11,76	53,05
1 ano e mais	72,58	88,24	46,95
4 anos e mais	51,44	73,00	24,81
8 anos e mais	19,86	40,18	8,80
11 anos e mais	10,00	22,30	4,07
12 anos e mais	4,29	11,11	0,94

Em termos relativos, para cada pessoa não instruída no Distrito Federal, havia 2,3 no Brasil e 4,5 no Maranhão. Agora, tomando-se o Maranhão como base, para cada pessoa com 1 e mais anos de estudo, havia 1,5 no Brasil e 1,9 no Distrito Federal; para cada pessoa com pelo menos o primário completo (4 e mais anos de estudo), havia 2,1 no Brasil e 2,9 no Distrito Federal; para cada pessoa com pelo menos o 1º grau completo, encontravam-se 2,3 no Brasil e 4,6 no Distrito Federal; para cada pessoa com pelo menos o 2º grau completo, o Brasil contava com 2,5 e o Distrito Federal com 5,5. Finalmente, para cada pessoa no Maranhão com superior, mestrado ou doutorado, havia

4,6 no Brasil e 11,8 no Distrito Federal.

Ainda com relação ao Distrito Federal, para cada 100 pessoas que completaram a 1ª série do 1º grau ou estudo equivalente (tomem-se os 88,24% como base 100), 83 completaram o primário, 46 completaram o 1º grau, 25 concluíram o 2º grau e 13 contavam com 12 e mais anos de estudo. De 100 pessoas que concluíram a 4ª série (73,00%), 55 completaram o 1º grau; de 100 que completaram o 1º grau (40,18%), 55 concluíram o 2º grau; e de 100 que concluíram o 2º grau (22,30%), a metade contava com curso superior, mestrado ou doutorado.

No Maranhão, para cada 100 pessoas que concluíram a 1ª série (46,95% da população de 15 anos e mais), 53 completaram o primário, 19 completaram o 1º grau, 9 completaram o 2º grau e 2 contavam com superior, mestrado ou doutorado. De 100 que completaram o primário (24,81% do total), 35 concluíram o 1º grau; de 100 que completaram o 1º grau (8,80%), 46 concluíram o 2º grau; e de 100 que completaram o 2º grau (4,07%), 23 contavam com 12 e mais anos de estudo.

Do comparativo da distribuição para todas as unidades (tabela 01, à página 40), verifica-se que Alagoas, embora contando com escolaridade média superior ao Piauí e Maranhão, é a que apresentava, relativamente, o maior contingente da população de 15 anos e mais no grupo das pessoas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo (56,70%, contra 54,26% no Piauí e 53,05% no Maranhão).

Já a partir dos 4 anos de estudos completos percebe-se uma inversão de posições, com Alagoas passando a apresentar o melhor resultado: 26,84% da sua população contava com pelo menos o equivalente ao antigo primário completo, seguindo-se o Piauí (26,26%) e Maranhão (24,81%).

Mantida esta ordem, as diferenças entre as três unidades tornam-se maiores à medida que aumenta a instrução.

Se a não iniciação dos estudos foi maior para a população de Alagoas, a evasão definitiva, já a partir das séries iniciais, foi mais incidente para a população das outras duas unidades desse grupo, com o Maranhão apresentando taxas maiores que o Piauí.

O mesmo pode ser observado, por exemplo, com relação a São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Das três unidades, São Paulo foi a que apresentou a melhor média; no entanto, contava com a maior parcela de não instruídos (15,92%, contra 13,59% no Rio Grande do Sul e 13,02% em Santa Catarina), indicando que ali o problema da não iniciação dos estudos foi mais sério que nas outras duas unidades.

Já a partir dos 4 e mais anos de estudo, Santa Catarina, que contava com o menor contingente de pessoas não instruídas, passa a ocupar a segunda posição, apresentando 64,98% com pelo menos o primário completo, contra 67,48% no Rio Grande do Sul e 63,71% em São Paulo, que permanecia como último colocado.

Passando-se agora ao grupo com 8 e mais anos de estudo, São Paulo apresentava o melhor índice (25,72%), seguindo-se o Rio Grande do Sul (22,31%) e Santa Catarina (20,88%), sendo mantida esta ordem nos níveis de escolaridade mais elevados.

É lógico deduzir-se daí que a população de São Paulo apresentava menores índices de abandono que a do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sendo que nesta última unidade o problema era mais grave.

Esse tipo de ocorrência se dá, ainda, com relação a Pernambuco e Rondônia, Amapá e Paraná, e outras.

O mais geral, porém, é contatar-se a partir do comparativo entre duas unidades quaisquer, que aquela que apresenta uma maior parcela de não instruídos, conta, também, com parcelas menores da população nos níveis de escolaridade mais elevados, sendo que a população que apresenta maior taxa de não iniciação dos estudos, normalmente, os abandona em maior escala.

É esta, exatamente, a relação que se observa, por exemplo, entre o desempenho das populações das duas unidades melhor posicionadas: a do Distrito Federal, com escolaridade média de 6,34 anos, e a do Rio de Janeiro, com média de 5,56 anos.

População de 15 anos e mais (%)

Anos de Estudo	Distrito Federal	Rio de Janeiro	Diferença(1)
Sem instrução e			
- de 1 ano	11,76	13,74	16,84
1 ano e mais	88,24	86,26	- 2,24
4 anos e mais	73,00	69,26	- 5,12
8 anos e mais	40,18	32,19	- 19,89
11 anos e mais	22,30	16,55	- 25,78
12 anos e mais	11,11	7,58	- 31,77

(1) Distrito Federal como base 100%.

Note-se inicialmente que, em termos relativos, o contingente de não instruídos no Rio de Janeiro (13,74%) era 16,84% maior que no Distrito Federal (11,76%), enquanto que este apresentava maiores parcelas da população nos demais grupos de estudo, com a diferença passando de -2,24% no primeiro grupo (1 e mais anos de estudo) para -31,77% no grupo com 12 anos e mais.

A proporção em favor do Distrito Federal era de , aproximadamente, 6 para 7 no grupo dos não instruídos; 45 para 44 com 1 ano e mais de estudo; 20 para 19 com 4 anos e mais; 5 para 4 com pelo menos o 1º grau completo; 4 para 3 com pelo menos o 2º grau completo; e 3 para 2 com curso superior, mestrado ou doutorado (mais exatamente 3,14 para 2,14).

Os dados indicam, portanto, que a população de 15 anos e mais no Distrito Federal, ao tempo em que apresentava menor taxa de não iniciação dos estudos, contava, também, com menor influência dos problemas de interrupção dos mesmos (evasão).

Tomando-se por base comparativa apenas a parcela da população que conseguiu completar, pelo menos, os estudos equivalentes às 4 séries iniciais do ensino de 1º grau (antigo primário completo), observa-se a seguinte classificação das unidades:

a) o Distrito Federal, com 73,00%;

b) entre 60 e 70% - Rio de Janeiro (69,26%), Rio Grande do Sul (67,48%), Santa Catarina (64,98%) e São Paulo (63,71%);

c) entre 50 e 60% - Espírito Santo (52,95%), Amapá (52,56%), e, já com situação inferior à do País (51,44%), Minas Gerais (50,18%) e Paraná (50,03%), que completam as Regiões Sudeste e Sul.

Abaixo da metade (50,0%), seguiam-se:

a) entre 40 e 50% - Roraima (47,36%), Mato Grosso do Sul (46,16%), Goiás (44,00%), Amazonas (42,30%), Mato Grosso (41,40%) e Pará (41,27%) - até aqui já completada, também, a Região Centro-Oeste;

b) entre 30 e 40% - Pernambuco (39,10%), Rondônia (36,61%), Rio Grande do Norte (35,77%), Sergipe (31,31%), Acre (30,94%), Paraíba (30,57%), Ceará (30,29%) e Bahia (30,18%);

c) abaixo de 30% - Alagoas (26,84%), Piauí (26,26%) e Maranhão (24,81%).

É deveras lamentável constatar-se que mesmo no Distrito Federal, unidade em melhor situação, não menos que 27% da população de 15 anos e mais encontrava-se, em 1980, em situação de inadimplência no que concerne à meta de escolarização compulsória (instrução primária) em vigor, no Brasil, até 1971.

Caso se pretendesse recuperar essa instrução primária, seria necessário um esforço de atendimento da ordem de 30% a 50% da população de 15 anos e mais nas unidades do Sudeste e Sul do País (variando dentro deste intervalo para cada unidade); de 50% a 60% para as unidades da Região Centro-Oeste, à exceção do Distrito Federal (27%); de 50% a 70% para as unidades da Região Norte; e de mais de 60% para todas as unidades do Nordeste, sendo alcançado o limite em torno de 75% para Alagoas, Piauí e Maranhão.

Para que se tenha uma idéia do que representaria esse esforço em termos de Brasil como um todo, note-se que 48,56% dos 73 374 327 brasileiros de 15 anos e mais contavam com menos de

4 anos de instrução (35 630 573, em números absolutos).

Excluindo-se destes os 1 557 591 que já se encontravam freqüentando da 1ª à 4ª série do primeiro grau (aí incluídos, também, os alunos dos cursos de alfabetização de adultos, 132 227), restariam 34 072 982 a serem atendidos, ou seja, 46,44% da população de 15 anos e mais.

Dividam-se agora os 34 072 982 pelo total dos que estudavam (1 557 591), e ter-se-á como resposta que, para recuperar a instrução primária desses brasileiros, seria necessário aumentar em 2 188% o número de vagas da 1ª à 4ª série que eram destinadas à população de 15 anos e mais (isto, em esquema de recuperação total da clientela não atendida, cumulativamente, no passado).

Sob outra ótica, o atendimento a essa população implicaria num aumento da ordem de 244% do total das vagas da 1ª à 4ª série que abrigavam os alunos de todas as idades (13 963 329 estudantes com idade acima de 5 anos).

Seria, pois, este projeto impraticável, haja posto que, no Brasil, não se dispõe sequer dos recursos necessários ao cumprimento da meta de escolarização do universo das 22 981 805 crianças e pré-adolescentes de 7 a 14 anos, que, por direito e obrigação constitucional, deveria encontrar-se matriculado (em 1980, apenas 67,13% dessa população freqüentavam escola).

Ainda pela tabela 01, constata-se que o Distrito Federal era, em 1980, a unidade que apresentava o maior contingente com 8 e mais anos de estudo, ou seja, com pelo menos o 1º grau (antigo ginasial) completo (40,18% da população de 15 anos e mais).

Seguiam-se:

a) Rio de Janeiro (32,19%) e São Paulo (25,72%);
b) entre 20 e 25% - Rio Grande do Sul (22,31%), Santa Catarina (20,88%), Espírito Santo (20,20%) e Amapá (20,13%), todos acima do percentual médio do País (19,86%);

c) entre 15 e 20% - Paraná (17,42%), que completa a Região Sul; Roraima (17,25%), Minas Gerais (17,05%), completando a

Região Sudeste; Amazonas (15,88%), Pernambuco (15,60%), Mato Grosso do Sul (15,52%), Goiás (15,15%) e Pará (15,02%);

Abaixo de 15% havia 1 unidade da Região Centro-Oeste (Mato Grosso), 2 da Norte (Acre e Rondônia) e, exceto Pernambuco, todas do Nordeste.

d) entre 10 e 15% - Mato Grosso (13,31%), Rio Grande do Norte (12,39%), Sergipe (12,31%), Bahia (11,81%), Ceará (11,64%), Paraíba (11,48%), Alagoas (10,52%), Acre (10,45%) e Piauí (10,08%);

e) abaixo de 10% - Rondônia (9,59%) e Maranhão (8,80%).

Se a recuperação do estudo primário mostrou-se impossível, imagine-se quão mais sonhador seria pensar na recuperação dos estudos de 1º grau para todas as pessoas com idade superior a 14 anos, em falta com esse ensino (obrigatório a partir de 1971).

Veja-se que as unidades em pior situação, a maioria do Nordeste, teriam de realizar esforços de atendimento da ordem de 85% a 90%, ficando acima dos 75% para todas as demais unidades, exceto São Paulo (74%), Rio de Janeiro (67%) e Distrito Federal (59%).

O Brasil contava com 19,86% com 8 e mais anos de estudo; o restante (80,14%, ou 58 802 186 brasileiros de 15 anos e mais) corresponde à parcela que não conseguiu completar os estudos de 1º grau.

Excluam-se daí os 4 795 352 que freqüentavam da 1ª à 8ª série (já considerados 132 227 do curso de alfabetização de adultos e 99 085 do supletivo), e o saldo (54 006 834) corresponderia ao total de novas vagas necessárias para que se procedesse na recuperação do ensino de 1º grau.

Este montante representaria 1 126% das vagas da 1ª à 8ª série que eram ocupadas pela população de 15 anos e mais, e 261% de todas as vagas existentes nesse ensino (20 665 920 alunos com idade superior a 5 anos).

Veja-se, ainda, o caso do Distrito Federal:

Das 729 633 pessoas com 15 anos e mais, 197 009 (27,00%) contavam com menos de 4 anos de estudo, e 436 484 (59,82%) não conseguiram completar o 1º grau (8 anos de estudo).

Excluídos os que já estudavam (15 235 da 1ª à 4ª série e 70 156 da 1ª à 8ª), restariam 181 774 (24,91% da população de 15 anos e mais) como esforço de novas vagas para a recuperação do ensino primário, e 366 328 (50,20%) como esforço de recuperação do 1º grau.

Atender a todo esse contingente implicaria num aumento em torno de 1 193% das vagas da 1ª à 4ª série ocupadas pela população de 15 anos e mais, ou, ainda, aumentar em 115% as vagas da 1ª à 4ª série que abrigavam os alunos de todas as idades (158 546 estudantes), isto para que se procedesse na recuperação do ensino primário; para o atendimento daqueles com déficit no 1º grau seriam necessários 2 208% do número de vagas que eram destinadas às pessoas de 15 anos e mais, ou 135% de todas as vagas constantes da 1ª à 8ª séries (271 480 estudantes de 6 anos e mais).

2.1.2 - O Perfil, por Região

Pelo que se pode observar das comparações realizadas, tanto a partir da ordenação das médias, como dos percentuais da distribuição por estudo, as unidades pertencentes à regiões Sudeste e Sul alternam-se, sempre, nas melhores posições, à exceção da primeira, ocupada pelo Distrito Federal, enquanto as unidades das regiões Centro-Oeste e Norte, predominantemente, ocupam as posições intermediárias, ficando as unidades do Nordeste com as últimas colocações.

Assim, tomada a região como um todo, as populações de 15 anos e mais do Sudeste e Sul do País encontravam-se em situação de escolaridade privilegiada em relação às populações das demais regiões.

Considerem-se os dados a seguir, relativos às pesso

as desse grupo de idade:

Região	Anos de Estudo(% sobre a população)			
	Sem instrução e - de 1 ano	4 anos e mais	8 anos e mais	Média
Sudeste	18,09	61,29	24,89	4,81
Sul	17,23	60,37	20,18	4,42
Centro-Oeste	27,58	48,79	19,07	3,95
Norte	31,94	40,01	14,71	3,36
Nordeste	49,05	31,20	11,99	2,57
Brasil	27,42	51,44	19,86	4,03

Em conjunto, o Nordeste contava com o menor nível de escolaridade, apresentando média de estudo de 2,57 anos, ou seja, pouco mais da metade do desempenho observando para a Região Sudeste (4,81 anos) que, juntamente com Região Sul, eram as únicas que superavam a média nacional (4,03 anos).

Tomada a média da Região Sudeste como base 100% , as demais situam-se em base próxima a 91,9% (Sul), 82,1% (Centro-Oeste), 69,9% (Norte) e 53,4% (Nordeste).

Embora não contando com a melhor média, a Região Sul é a que apresentou o menor contingente no grupo sem instrução e menos de 1 anos de estudo (17,23%); já no Nordeste, praticamente a metade da população de 15 anos e mais era não instruída.

No caso de se pensar na recuperação da instrução primária para a população em falta com aquele estudo, nas regiões Sudeste e Sul, aproximadamente 4 de cada 10 pessoas de 15 anos e mais necessitariam ser atendidas. O esforço seria em torno de 5 em 10 pessoas na Região Centro-Oeste, 6 em 10 na Região Norte e 7 em 10 no Nordeste.

No caso da recuperação do 1º grau haveria necessidade de atendimento a 75% da população de 15 anos e mais na Região Sudeste, 80% na Região Sul, 81% na Centro-Oeste, 85% na Norte e 88% no Nordeste.

É interessante observar, ainda, as dispariedades

existentes dentro de cada região, no que concerne à situação de estudo das populações das várias unidades.

Considere-se apenas aquelas com melhor e pior de desempenho:

Região/Unidade	Anos de Estudo(% sobre a população)			
	Sem instrução e - de 1 ano	4 anos e mais	8 anos e mais	Média
Sudeste				
Rio de Janeiro	13,74	69,26	32,19	5,56
Minas Gerais	25,42	50,18	17,05	3,88
Sul				
Rio Grande do Sul	13,59	67,48	22,31	4,82
Paraná	23,42	50,03	17,42	3,90
Centro-Oeste				
Distrito Federal	11,76	73,00	40,18	6,34
Mato Grosso	33,14	41,40	13,31	3,25
Norte				
Amapá	26,56	52,56	20,13	4,08
Acre	51,40	30,94	10,45	2,43
Nordeste				
Pernambuco	42,96	39,10	15,60	3,14
Maranhão	53,05	24,81	8,80	2,11

Tomando-se como base a média da unidade em melhor situação, Minas Gerais atingiu 69,8% do desempenho médio apresentado pelo Rio de Janeiro (5,56 anos), Paraná atingiu 80,9% do desempenho apresentado pelo Rio Grande do Sul (4,82 anos), Mato Grosso alcançou apenas 51,3% da média do Distrito Federal (6,34 anos), Acre ficou em torno de 59,6% da escolaridade média do Amapá (4,08 anos) e o Maranhão teve média equivalente a 67,2% daquela apresentada por Pernambuco (3,14 anos).

Desse comparativo já se pode ver que as maiores dis

crepâncias ocorrem na Região Centro-Oeste, com a população do Distrito Federal apresentando o dobro da escolaridade média da população do Mato Grosso.

Na ordem decrescente das diferenças seguem-se as regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul.

Fica a cargo do usuário a análise dos dados restantes.

TABELA 01
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS, POR ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - BRASIL, 1980.

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL	ANOS DE ESTUDO					
		Sem inst. e - de 1	4 e mais	8 e mais	11 e mais	12 e mais	Média
BRASIL	73 374 327	27,42	51,44	19,86	10,00	4,29	4,03
Norte	1 007 907	31,94	41,01	14,71	6,52	2,08	3,36
Rondônia	261 545	34,40	36,61	9,59	3,87	1,13	2,88
Acre	157 707	51,40	30,94	10,45	4,51	1,84	2,43
Amazonas	752 352	33,13	42,30	15,88	7,46	2,20	3,47
Roraima	43 956	31,04	47,36	17,25	7,33	2,01	3,66
Pará	1 851 369	29,72	41,27	15,02	6,57	2,20	3,42
Amapá	89 180	26,56	52,56	20,13	8,58	1,87	4,08
Nordeste	19 614 633	49,05	31,20	11,99	5,99	2,12	2,57
Maranhão	2 179 541	53,05	24,81	8,80	4,07	0,94	2,11
Piauí	1 131 625	54,26	26,26	10,08	4,56	1,25	2,21
Ceará	3 035 985	48,06	30,29	11,64	5,83	2,04	2,54
Rio Grande do Norte .	1 111 058	44,90	35,77	12,39	5,88	2,38	2,82
Paraíba	1 583 483	50,02	30,57	11,48	5,85	2,89	2,54
Pernambuco	3 566 414	42,96	39,10	15,60	8,04	3,21	3,14
Alagoas	1 094 247	56,70	26,84	10,52	5,37	2,13	2,23
Sergipe	633 160	48,24	31,31	12,31	5,73	2,09	2,63
Bahia	5 279 120	50,04	30,18	11,81	6,02	1,81	2,51
Sudeste	34 010 779	18,09	61,29	24,89	12,95	5,85	4,81
Minas Gerais	2 104 587	25,42	50,18	17,05	8,79	3,33	3,88
Espírito Santo	1 237 765	25,50	52,95	20,20	10,14	3,26	4,09
Rio de Janeiro	7 736 529	13,74	69,26	32,19	16,55	7,58	5,56
São Paulo	16 758 775	15,92	63,71	25,72	13,54	6,48	4,97
Sul	12 113 426	17,23	60,37	20,18	9,29	4,09	4,42
Paraná	4 611 017	23,42	50,03	17,42	8,55	3,51	3,90
Santa Catarina	2 257 446	13,02	64,98	20,88	7,98	3,04	4,53
Rio Grande do Sul ...	5 244 963	13,59	67,48	22,31	10,51	5,07	4,82
Centro-Oeste	4 439 796	27,58	48,79	19,07	9,44	3,94	3,95
Mato Grosso do Sul ..	810 285	27,44	46,16	15,52	7,10	3,10	3,65
Mato Grosso	645 048	33,14	41,40	13,31	5,77	2,32	3,25
Goiás	2 254 800	31,16	44,00	15,15	7,15	2,37	3,48
Distrito Federal	729 663	11,76	73,00	40,18	22,30	11,11	6,34

Fonte: Censo Demográfico de 1980 - IBGE (Dados Elaborados pelo DEPLAN)

2.2 - A População de 7 a 14 Anos

Conforme o Censo de 1980, a população de 7 a 14 anos, no Brasil, apresentava a seguinte composição etária:

Idade	Número	Percentual
7 anos	2 990 544	13,01
8 anos	2 904 049	12,64
9 anos	2 823 890	12,29
10 anos	2 976 401	12,95
11 anos	2 811 079	12,23
12 anos	2 879 786	12,53
13 anos	2 760 579	12,01
14 anos	2 835 477	12,34
Total	22 981 805	100,00

Diante do quadro apresentado, a primeira reação que se tem é de surpresa. Se essa distribuição não é homogênea na verdadeira acepção da palavra, ao contrário do que muitos imaginam, nem sempre decresce o número de pessoas ao se passar de uma idade à outra, e a diferença entre os contingentes populacionais das idades menores e maiores não se mostra significativa. Estranha-se, inclusive, o fato da população de 14 anos ser maior que as de 9, 11 e 13, ou a de 12 anos apresentar-se superior às de 9 e 11, ou, ainda, a de 10 anos superar as de 8 e 9.

Admitindo-se a consistência dos dados, tais distorções só poderiam advir de uma relação deveras irregular entre os índices de natalidade e mortalidade dos grupos das pessoas das idades consideradas. Exemplificando, para que a população de 14 anos possa ser maior que a de 9 anos, é necessário que o número das pessoas nascidas de setembro de 1965 a setembro de 1966 tenha sido superior ao número das nascidas em igual período de 1970 a 1971, ou que o primeiro grupo tenha apresentado, em 14 anos, índice de mortalidade menor que aquele apresentado pelo segundo em apenas 9 anos.

Sem descartar essa possibilidade, poderia, talvez,

concorrer como uma das explicações o fato de os informantes sentirem-se atraídos pelos números pares (se a criança tem 13 anos os pais, às vezes, informam 12 ou 14 anos), bem como, principalmente, pela terminação "zero" (note-se que o grupo com 10 anos apresenta-se maior que os de 9 e 11).

De qualquer forma, sejam quais forem as justificativas, é evidente que o assunto merece atenção especial, pois não se pode realizar de inteira consciência o planejamento de como suprir as necessidades educacionais dessa população, sem que haja um minucioso conhecimento da sua composição etária.

Apenas a título de informação adicional, uma supresa a mais, observe-se que o grupo com 6 anos de idade, contando com 2 968 742 componentes, era menor que os de 7 e 10 anos, sendo, entretanto, inferior ao de 5 anos (3 086 516 pessoas).

Partindo-se das premissas de que à época da realização do Censo (setembro de 1980) toda a população de 7 a 14 anos se encontrasse freqüentando escola, e que todos os alunos estivessem nas séries correspondentes às suas idades (os de 7 na 1ª, com zero ano de estudo completo; os de 8 na 2ª, com 1 ano de estudo; etc), obter-se-ia para o Brasil, de acordo com a estrutura etária acusada pelo Censo, 3,46 anos como média de estudo.

A utilização dessa média como representação do desempenho ideal não está fora de propósito, pois as premissas consideradas podem ser mantidas dentro de um modelo teórico-legal, posto que se preconiza o atendimento ao universo das crianças e pré-adolescentes dos 7 aos 14 anos (Artigo 20 da Lei 5 692/71), e se pressupõe que ao longo desses 8 anos seja vencido todo o ensino de 1º grau (Artigos 18 e 20 da mesma Lei).

De conformidade com o Censo de 1980, a média de estudo da população de 7 a 14 anos, no Brasil, era de 1,64 anos, ou seja, menos da metade (47,4%) daquela que corresponderia à situação ideal de escolaridade (3,46 anos). As pessoas desse grupo etário contavam, portanto, com um atraso médio de 1,82 anos.

A diferença entre as duas médias é um relevante indicador das principais distorções do ensino de 1º grau: déficit da oferta de oportunidades educacionais, ingresso tardio, repetência e evasão definitiva.

Melhor apreciação da matéria pode ser realizada a partir da distribuição por estudo:

Anos de Estudo	População de 7 a 14 anos				Diferença Percentual entre % Acumul. (1)
	Ideal		Real		
	%	% Acumul.	%	% Acumul.	
Sem instrução e					
- de 1 ano	13,01	100,00	42,49	100,00	0,00
1 ano	12,64	86,99	15,25	57,51	-33,89
2 anos	12,29	74,35	13,15	42,26	-43,16
3 anos	12,95	62,06	10,38	29,11	-53,09
4 anos	12,23	49,11	9,26	18,73	-61,86
5 anos	12,53	36,88	4,78	9,47	-74,32
6 anos	12,01	24,35	2,92	4,69	-80,74
7 anos	12,34	12,34	1,43	1,77	-85,66
8 anos	-	-	0,34	0,34	...
Total	22 981 805(2)		22 961 056(2)		

(1) Tomada a situação ideal por base 100%

(2) A diferença entre os totais corresponde às pessoas sem declaração de estudo.

Caso a população de 7 a 14 anos se apresentasse na situação de escolaridade ideal, a distribuição por estudo corresponderia, exatamente, à distribuição etária, em muito se aproximando da homogeneidade. Comparativamente, em termos reais, a alta concentração nos níveis de escolaridade mais baixos evidencia uma grande defasagem no desempenho dessa população.

As irregularidades começam pela base, em decorrência dos altos índices da não iniciação dos estudos e ingresso tardio,

e acentuam-se, ao longo das séries, a medida que se somam a estes os demais problemas responsáveis pelas distorções do ensino de 1º grau - repetência, evasão definitiva e, ainda, o déficit da oferta de oportunidades educacionais, o qual, em última análise, aparece como a causa principal de alguns dos problemas anteriormente citados.

O grupo sem instrução e com menos de 1 ano de estudo, que deveria contar, apenas, com as pessoas de 7 anos de idade, ou 13,01% da população de 7 a 14, chega na realidade a representar mais de dois quintos do total (42,49%). Os 29,48% que resultam da diferença absoluta entre os percentuais correspondem às crianças e pré-adolescentes de 8 a 14 anos encontrados nesse grupo em situação de atraso.

Da mesma forma, 74,35%, ou o correspondente ao total das pessoas de 9 a 14 anos, deveriam apresentar 2 e mais anos de estudos completos. Constata-se, porém, que esse contingente era apenas 42,26%, donde se conclui por diferença que, pelo menos, 43,16% das pessoas com idade de 9 a 14 anos contavam com instrução inferior à 2ª série do 1º grau (observe-se à página anterior a coluna dos dados referentes à diferença percentual entre % acumulados).

Segundo essa linha de análise, constata-se que mais da metade (53,09%) da população de 10 a 14 anos não havia completado a 3ª série; 61,86%, aproximadamente 3 de cada 5 pessoas com idade de 11 a 14 anos, apresentavam instrução inferior à 4ª série; 3 de cada 4 (74,32%) do grupo etário de 12 a 14 anos não completaram a 5ª série; 4 de cada 5, ou 80,74% daqueles com idade de 13 e 14 anos contavam com instrução inferior à 6ª série; e, pelo menos, 85,66% das pessoas com 14 anos tinham instrução inferior à 7ª série.

Uma análise mais precisa deveria considerar que existem, em todas as idades, pessoas que excedem a escolaridade ideal: algumas com 7 anos já apresentando 1 ano de estudo completo, o que aumentaria o contingente dos não instruídos de 8 a 14 anos; pessoas com 8 anos já tendo concluído a 2ª série, o que aumentaria a parcela da população de 9 a 14 anos com menos de 2 anos de estudo; e assim su

cessivamente.

Um exemplo pode ser tirado da própria distribuição, quando se observa que 0,34% da população de 7 a 14 anos contava com o 1º grau completo (8 anos de estudo).

Infelizmente, a falta de um maior detalhamento das informações do Censo torna impraticável esse tipo de ponderação, como, também, impossibilita qualquer análise que vise a caracterização do desempenho escolar, independentemente, para cada uma das idades, já que a menor agregação adotada consistiu dos grupamentos etários de 7 a 9 e 10 a 14 anos.

Considerando-se separadamente essas populações, a escolaridade média obtida das duas premissas seria de 0,98 e 4,98 anos, respectivamente. Já em termos reais, constata-se para esses grupos etários médias de 0,43 e 2,38 anos de estudo.

Sendo assim, a população de 7 a 9 anos contava , em média, com 0,55 anos de atraso, atingindo a escolaridade ideal em apenas 43,88%, enquanto a população de 10 a 14, apresentando um atraso de 2,6 anos, atingia a média ideal em 47,79%. A defasagem, em termos relativos, era um pouco maior no primeiro grupo.

As distribuições por anos de estudo assim se apresentavam:

Anos de Estudo	7 a 9 anos (%)		10 a 14 anos (%)	
	Ideal	Real	Ideal	Real
Sem instrução e				
- de 1 ano	34,30	69,06	-	26,24
1 ano	33,31	20,26	-	12,19
2 anos	32,39	9,25	-	15,53
3 anos	-	1,43	20,87	15,86
4 anos	-	-	19,71	14,92
5 anos	-	-	20,19	7,70
6 anos	-	-	19,35	4,70
7 anos	-	-	19,88	2,31
8 anos	-	-	-	0,55
Total	8 718 483 (1)	8 712 969 (1)	14 263 322 (2)	14 248 087(2)

(1) e (2) A diferença entre os totais corresponde às pessoas sem declaração de es

A análise do desempenho a partir das distribuições pode ser realizada comparando-se as situações ideal e real, da mesma forma como foi feito para a população de 7 a 14 anos.

2.2.1 - O Perfil, por Unidade da Federação

Assim como foi constatado para a população de 15 anos e mais, observam-se entre as unidades da Federação diferenças significativas, no que se refere à situação de escolaridade do grupo de 7 a 14 anos.

Segundo a ordenação decrescente das médias de estudo, as unidades assim se apresentavam:

a) acima de 2 anos - Santa Catarina (2,43), Rio Grande do Sul (2,41), Distrito Federal (2,36), São Paulo (2,27), Rio de Janeiro (2,08) e Espírito Santo (2,00);

b) entre 1,5 e 2 anos - Paraná (1,95), que completa a Região Sul, Minas Gerais (1,80) completando a Região Sudeste, Amapá (1,70), Roraima (1,57) e Mato Grosso do Sul (1,55), com os dois últimos já abaixo da média do País (1,64 anos);

c) entre 1 e 1,5 anos - Goiás (1,37) e Mato Grosso (1,34), que completam a Região Centro-Oeste, Rio Grande do Norte (1,21), Pernambuco (1,20), Rondônia (1,18), Pará (1,09) e Amazonas (1,08);

d) abaixo de 1 ano - Sergipe (0,95), Paraíba (0,92), Bahia (0,89), Ceará e Piauí, com médias iguais (0,86), Alagoas (0,85) e, por fim, Maranhão e Acre, também, com médias iguais (0,81).

É fácil perceber que nenhuma das unidades conseguiu atingir o modelo ideal de 3,46 anos como média de estudo para a população de 7 a 14, ficando claro, também, que os problemas que causam as distorções no desempenho escolar (não iniciação dos estudos, ingresso tardio, evasão, repetência e outros) não as afetaram igualmente.

Santa Catarina atingiu a média ideal em 70,23%; seguem-se Rio Grande do Sul (69,65%), Distrito Federal (68,21%), São

Paulo (65,61%), continuando a diminuir para as demais unidades, até que se chega ao mais baixo desempenho: Maranhão e Acre (23,45%).

Tomados os extremos, Santa Catarina, com média de 2,43 anos de estudo, apresentava exatamente o triplo da escolaridade média do Acre e Maranhão (0,81 ano).

Considerando-se as distribuições por estudo, observa-se que nessas três unidades a população apresentava-se concentrada nos níveis de escolaridade mais baixos, contando com contingentes bastante reduzidos nos mais altos.

Anos de Estudo	Santa Catarina	Maranhão	Acre
Sem instrução e			
- de 1 ano	23,69	67,26	66,73
1 ano	15,77	11,10	11,63
2 anos	14,67	8,56	8,37
3 anos	14,45	5,58	5,97
4 anos	16,23	3,70	3,93
5 anos	6,34	1,94	1,92
6 anos	4,77 31,42	1,22 7,50	0,96 7,30
7 anos	3,14	0,52	0,39
8 anos	0,94	0,12	0,10
Total	721 820 (1)	864 781 (1)	67 881 (1).

(1) Não incluídas as pessoas sem declaração de estudo.

A conclusão é imediata: as três unidades apresentavam significativas distorções na relação idade-escolaridade, sendo que o atraso era bem maior no Acre e Maranhão, ambos chegando a contar com dois terços da população de 7 a 14 anos no grupo sem instrução e com menos de 1 ano de estudo (respectivamente, 66,73% e 67,26%), enquanto em Santa Catarina esse contingente representava menos de um quarto do total dessa faixa etária (23,69%).

Quando a comparação é feita a partir dos níveis de escolaridade mais altos, as diferenças ficam ainda mais evidenciadas. Por exemplo, enquanto em Santa Catarina 31,42% contavam com 4

e mais anos de estudo, apenas 7,50% no Maranhão e 7,30% no Acre en contravam-se com esta instrução.

O comparativo da distribuição para as demais uni dades pode ser realizado a partir da tabela 02, à página 52. Caso ha ja interesse em um maior detalhamento, pode-se recorrer as tabelas do anexo (volume II).

Considerando-se apenas a parcela da população in cluída no grupo sem instrução e com menos de 1 ano de estudo, obtem-se a seguinte classificação:

a) abaixo de 30% - Santa Catarina (23,69%), Dis trito Federal (23,80%), Rio Grande do Sul (23,83%), São Paulo (26,66%) e Rio de Janeiro (28,47%);

b) entre 30 e 40% - Paraná (32,57%), Espírito San to (33,24%), Minas Gerais (36,17%) e Amapá (39,09%).

Observe-se que até aqui já foram incluídas todas as unidades das regiões Sudeste e Sul, 1 da Centro-Oeste e 1 da Norte.

c) entre 40 e 50% - Roraima (40,72%) e, completando a Região Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul (41,84%), Goiás (46,83%) e Mato Grosso (47,19%).

Com mais da metade da população no grupo dos não instruídos, tem-se:

d) entre 50 e 60% - Rondônia (51,14%), Rio Grande do Norte (53,01%), Pernambuco (53,87%), Pará (55,17%) e Amazonas (55,77%);

e) acima de 60% - as demais unidades do Nordeste e 1 da Região Norte; Sergipe (61,37%), Paraíba (63,55%), Piauí (63,91%), Bahia (64,33%), Ceará (64,68%), Alagoas (66,51%), Acre (66,73%) e Maranhão (67,26%).

O problema da distorção idade-escolaridade fica bem mais aparente quando são observados os percentuais da população nos demais níveis de estudo (2 anos e mais, 4 e mais e 6 e mais).

No último nível (6 e mais anos de estudo), segundo o modelo teórico, deveriam constar todas as pessoas com idade de

13 e 14 anos (24,35% do total de 7 a 14, tomada como referência a composição etária dessa população para o Brasil como um todo). Nota-se, porém, que esse contingente alcançou um máximo de 8,85% em Santa Catarina, seguindo-se o Distrito Federal com 8,56%, Rio Grande do Sul (7,86%), outras unidades, e, por fim, Maranhão (1,61%), Rondônia (1,57%) e Acre (1,45%).

Se em Santa Catarina ou Distrito Federal próximo 1 em cada 3 pessoas de 13 e 14 anos encontrava-se com pelo menos a 6ª série do 1º grau completa, no Maranhão, Rondônia e Acre essa proporção não chegava a 1 em 15, sendo este mais um indicador das discrepâncias entre as unidades.

A tabela 3, à página 56, apresenta a média de estudo e as taxas de escolarização e alfabetização relativas à população de 7 a 14 anos, para todas as regiões e unidades da Federação.

Veja-se inicialmente os dados para o Brasil:

A taxa de escolarização era de 67,13%, a taxa de alfabetização 63,26% e a parcela dos não instruídos (aí considerados, também, os estudantes da 1ª série ou alfabetização de adultos) correspondia a 42,49% da população de 7 a 14 anos.

Como havia mais estudantes que pessoas alfabetizadas, a conclusão é de que existiam estudantes não alfabetizados.

Da mesma forma, como o contingente dos não instruídos era maior que o de não alfabetizados (36,74%), conclui-se que havia pessoas que, embora sendo não instruídas, eram alfabetizadas.

Por diferença, chega-se aos seguintes resultados: um mínimo de 6 em cada 100 estudantes eram analfabetos; e um mínimo de 14 em cada 100 pessoas não instruídas eram alfabetizadas.

Note-se que o termo "mínimo" foi adotado porque, certamente, havia pessoas que não estudavam, mas eram alfabetizadas, o que aumenta o contingente dos estudantes não alfabetizados, e, também, pessoas que embora instruídas (com 1 ou mais anos de estudo) eram analfabetas, o que aumenta a proporção dos não instruídos que eram alfabetizados.

Ainda da tabela 03 pode-se observar que, à exceção de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, todas as demais unidades apresentaram para a população de 7 a 14 anos taxa de escolarização maior que a de alfabetização, implicando, obrigatoriamente, na existência de estudantes não alfabetizados.

Por outro lado, à exceção do Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas, todas as demais contavam com uma parcela de não instruídos maior que a de não letrados, o que garante a existência de pessoas do grupo de 7 a 14 anos que, mesmo não tendo instrução, sabiam ler e escrever (1).

Do comparativo entre duas unidades quaisquer, seria de se esperar que aquela que apresentasse maior taxa de escolarização, apresentasse taxa de alfabetização e nível de escolaridade (instrução) também maiores; entretanto, são vários os casos em que essa relação não é obedecida.

Tome-se como exemplo as cinco unidades que se apresentaram em melhor situação no que diz respeito ao nível de escolaridade (média de estudo).

População de 7 a 14 anos			
Unidades da Federação	Média de Estudo (anos)	Taxa de Alfabetização (%)	Taxa de Escolarização (%)
Santa Catarina	2,43	83,05	74,49
Rio Grande do Sul	2,41	85,28	80,02
Distrito Federal	2,36	81,85	92,39
São Paulo	2,27	85,32	82,61
Rio de Janeiro	2,08	77,27	85,53

Santa Catarina contava com a menor taxa de escolarização (74,49%), mas, por outro lado, sua população apresentava maior média de estudo (2,43 anos). A suposição é de que naquela unidade a oferta de oportunidades educacionais era menor que nas outras, porém, o rendimento dos alunos era bem melhor (menores taxas de repetência e/ou evasão).

(1) Segundo o conceito adotado pelo IBGE, foi considerada alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples.

O mesmo ocorre com o Rio Grande do Sul em relação ao Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro.

Já no que se refere à alfabetização, São Paulo , embora contando com a segunda menor média de estudo (2,27 anos), a apresentava a maior taxa de alfabetização (85,32%), donde se sugere que seus alunos eram alfabetizados mais cedo e eficientemente que nas demais unidades desse grupo.

O Rio de Janeiro escolarizava mais que Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, entretanto, instruía menos e alfabetizava menos que todas elas.

No Distrito Federal, o que mais chama a atenção é o fato de ser a unidade que apresentava a maior taxa de escolarização do País, com 92,39% da população de 7 a 14 anos dentro das escolas, e, mesmo assim, alfabetizava menos que São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sendo, também, superado pelas duas últimas , no tocante à instrução. Em outras palavras, o Distrito Federal oferecia maiores oportunidades no acesso à escola; contudo, em relação a essas três unidades, seus alunos atrasavam mais e contavam com a aprendizagem mais lenta.

Como se pode perceber, a relação de dependência entre escolarização, alfabetização e instrução não segue nenhum padrão prefixado.

Observe-se para o conjunto de todas as unidades (tabela 03), os máximos e mínimos relativos a esses indicadores:

- maior taxa de escolarização, Distrito Federal (92,39%)
- menor taxa de escolarização, Maranhão (41,29%)
- maior taxa de alfabetização, São Paulo (85,32%)
- menor taxa de alfabetização, Alagoas (33,18%)
- maior taxa de não instruídos, Maranhão (67,26%)
- menor taxa de não instruídos, Santa Catarina (23,59%)
- maior média de estudo, Santa Catarina (2,43 anos)
- menor média de estudo, Acre e Maranhão (0,81 ano)

Sobre o assunto, haveria ainda muito o que discorrer; porém, uma abordagem mais demorada foge aos objetivos do presente estudo.

2.2.2 - O Perfil, por Região

Analise-se, agora, a escolaridade da população de 7 a 14 anos, por região:

Região	Média de Estudo (em anos)	Sem instrução e -de 1 ano (%)
Sul	2,22	27,62
Sudeste	2,08	30,12
Centro-Oeste	1,53	42,81
Norte	1,10	54,14
Nordeste	0,95	62,24
Brasil	1,64	42,49

A exemplo do que foi constatado para as pessoas de 15 anos e mais, a Região Nordeste é a que apresenta pior situação: 0,95 ano como média de estudo para o grupo etário de 7 a 14 anos, e não menos que 62,24% (próximo de dois terços) dessa população incluídos no grupo sem instrução e com menos de 1 ano de estudo.

No outro extremo, desta feita apresentando melhores resultados que a Região Sudeste, aparece a Região Sul, com instrução média de 2,22 anos, e apenas 27,62% que não haviam completado, sequer, 1 ano de estudo.

As disparidades são tão acentuadas, que as regiões Norte e Nordeste não chegam à metade do perfil apresentado por essa região.

Note-se, porém, que mesmo no Sul do País, o modelo ideal de 3,46 anos como média de estudo para a faixa de educação compulsória era atingido em apenas 64,16%, caindo para 60,12% no Sudeste, 44,22% no Centro-Oeste, 31,79% no Norte e 27,46% no Nordeste.

Consideradas dentro de cada região as unidades em melhor e pior situação, tem-se:

Região/Unidade	Média de Estudo (em anos)	Sem instrução e - de 1 ano
Sul		
Santa Catarina	2,43	23,69
Paraná	1,95	32,57
Sudeste		
São Paulo	2,27	26,66
Minas Gerais	1,80	36,17
Centro-Oeste		
Distrito Federal	2,36	23,80
Mato Grosso	1,34	47,19
Norte		
Amapá	1,70	39,08
Acre	0,81	66,73
Nordeste		
Rio Grande do Norte	1,21	53,01
Maranhão	0,81	67,26

Com relação às pessoas de 15 anos e mais foi verificado que a região que apresentava a maior discrepância interna entre as unidades era a Centro-Oeste, onde a população do Mato Grosso limitava-se a 51,3% da escolaridade média apresentada pela população do Distrito Federal. Desta feita, ou seja, no que tange ao universo de 7 a 14 anos, a disparidade maior é encontrada na Região Norte, com a média de estudo no Acre (0,81 ano) e equivalendo a menos da metade (47,65%) da escolaridade constatada no Amapá (1,70 anos).

Na ordem decrescente das discrepâncias, seguiu-se: a Região Centro-Oeste, onde o Mato Grosso limitava-se a 56,78% do perfil do Distrito Federal; a Região Nordeste, onde a escolaridade da população de 7 a 14 anos do Rio Grande do Norte era atingida em 66,94% pela escolaridade da população do Maranhão; a Região Sudeste, onde Minas Gerais limitava-se a 79,30%

do perfil de São Paulo; e a Região Sul, onde o nível de estudo de Santa Catarina era alcançado em 80,25% pela média do Paraná.

Já em termos do contingente sem instrução e com menos de 1 ano de estudo, a disparidade maior dava-se na Região Centro-Oeste (proporção relativa de 1,98 pessoas no Mato Grosso, para 1 no Distrito Federal), seguindo-se as regiões Norte (1,71 pessoas no Acre, para 1 do Amapá), Sul (1,38 pessoas no Paraná, para 1 em Santa Catarina), Sudeste (1,36 pessoas em Minas Gerais, para 1 em São Paulo) e, finalmente, a Região Nordeste (1,27 pessoas no Maranhão, para 1 no Rio Grande do Norte).

TABELA 02
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS, POR ESTUDO,
SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - BRASIL, 1980.

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL	ANOS DE ESTUDO				
		Sem inst. e - de 1	2 e mais	4 e mais	6 e mais	Média
BRASIL	22 961 056	42,49	42,26	18,73	4,69	1,64
Norte	1 284 858	54,91	29,73	9,87	2,15	1,10
Rondônia	108 216	51,14	33,06	10,28	1,57	1,18
Acre	67 881	66,73	21,64	7,30	1,45	0,81
Amazonas	313 407	55,77	28,94	9,85	2,12	1,08
Roraima	15 956	40,72	42,62	15,15	3,35	1,57
Pará	739 178	55,17	29,23	9,48	2,18	1,09
Amapá	40 220	39,08	44,76	18,64	4,26	1,70
Nordeste	7 523 487	62,24	25,07	9,01	2,10	0,95
Maranhão	864 781	67,26	21,64	7,50	1,86	0,81
Piauí	479 919	63,91	23,27	7,31	1,61	0,86
Ceará	1 144 321	64,68	23,00	7,80	1,73	0,86
Rio Grande do Norte .	400 933	53,01	32,31	11,75	2,55	1,21
Paraíba	599 049	63,55	24,11	8,90	2,13	0,92
Pernambuco	1 305 435	53,87	31,32	12,07	2,94	1,20
Alagoas	433 835	66,51	22,25	8,30	1,93	0,85
Sergipe	253 024	61,37	25,39	8,75	1,75	0,95
Bahia	2 042 190	64,33	23,53	8,45	1,95	0,89
Sudeste	8 968 038	30,12	53,06	24,98	6,48	2,08
Minas Gerais	2 637 327	36,17	47,65	20,78	4,24	1,80
Espírito Santo	397 223	33,24	50,91	24,17	6,49	2,00
Rio de Janeiro	1 821 089	28,47	53,21	23,60	6,70	2,08
São Paulo	4 112 399	26,66	56,67	28,37	7,83	2,27
Sul	3 634 310	27,62	56,38	27,61	6,95	2,22
Paraná	1 585 667	32,57	51,19	22,72	5,33	1,95
Santa Catarina	721 820	23,69	60,54	31,42	8,85	2,43
Rio Grande do Sul ...	1 326 823	23,83	60,34	31,40	7,87	2,41
Centro-Oeste	1 550 121	42,81	40,41	16,11	3,69	1,53
Mato Grosso do Sul ..	284 324	41,84	41,41	16,26	3,25	1,55
Mato Grosso	241 986	47,19	36,40	12,89	2,49	1,34
Goiás	811 112	46,83	36,40	13,68	2,92	1,37
Distrito Federal	212 699	23,80	58,90	28,83	8,56	2,36

Fonte: Censo Demográfico de 1980 - IBGE (Dados Elaborados pelo DEPLAN)

TABELA 03

MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO, TAXA DE ALFABETIZAÇÃO E TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - BRASIL, 1980.

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS				
	TOTAL	Média de anos de estudo	Sem inst. e - de 1 ano (%)	Taxa de Alfabetiza- ção (%)	Taxa de Escolariza- ção (%)
BRASIL	22 961 056	1,64	42,49	63,26	67,13
Norte	1 284 858	1,10	54,91	49,45	55,01
Rondonia	108 216	1,18	51,14	52,22	55,01
Acre	67 881	0,81	66,73	33,56	44,44
Amazonas	313 407	1,08	55,77	46,73	57,19
Roraima	15 956	1,57	40,72	61,65	68,88
Pará	739 178	1,09	55,17	50,65	59,59
Amapá	40 220	1,70	39,08	63,25	75,21
Nordeste	7 523 487	0,95	62,24	39,03	49,54
Maranhão	864 781	0,81	67,26	36,20	41,29
Piauí	479 919	0,86	63,91	36,03	50,50
Ceará	1 144 321	0,86	64,68	38,96	40,27
Rio Grande do Norte .	400 933	1,21	53,01	44,77	58,78
Paraíba	599 049	0,92	63,55	36,93	52,66
Pernambuco	1 305 435	1,20	53,87	40,91	58,82
Alagoas	433 835	0,85	66,51	33,18	43,72
Sergipe	253 024	0,95	61,37	40,55	54,44
Bahia	2 042 190	0,89	64,33	40,30	46,52
Sudeste	8 968 038	2,08	30,12	78,50	79,83
Minas Gerais	2 637 327	1,80	36,17	69,99	72,66
Espírito Santo	397 223	2,00	33,24	70,04	72,58
Rio de Janeiro	1 821 089	2,08	28,47	77,27	85,53
São Paulo	4 112 399	2,27	26,66	85,32	82,61
Sul	3 634 310	2,22	27,62	81,05	75,05
Paraná	1 585 667	1,95	32,57	76,61	71,14
Santa Catarina	721 820	2,43	23,59	83,05	74,49
Rio Grande do Sul ...	1 326 823	2,41	23,83	85,28	80,02
Centro-Oeste	1 550 121	1,53	42,81	62,38	67,66
Mato Grosso do Sul ..	284 324	1,55	41,84	64,60	65,71
Mato Grosso	241 986	1,34	47,19	55,66	59,78
Goiás	811 112	1,37	46,83	58,49	64,20
Distrito Federal	212 699	2,36	23,80	81,85	92,39

Fonte: Censo Demográfico de 1980 - IBGE (Dados Elaborados pelo DEPLAN)

3 - A ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

Sob todos os aspectos, seja social ou econômico, seja na área dos transportes, da saúde, do comércio, do saneamento e abastecimento, enfim, qualquer que seja abordado, não há como ser contestada a disparidade de características entre o campo e a cidade, entre as populações rural e urbana.

A educação não constitui exceção.

A população rural, ao tempo em que se recente do nível do ensino ministrado, é, na sua maioria, privada da oportunidade de estudar.

Com relação ao primeiro aspecto, pode-se considerar como causas principais: a precariedade das instalações das escolas, a maioria dispondo de apenas uma sala de aula onde estudam, ao mesmo tempo, alunos das várias séries (crianças e adultos); o fato de os professores contarem com instrução deficitária; ou, ainda, o fato de não se poder exigir maior empenho dos alunos, posto que eles, dentre inúmeras outras restrições, não recebem em casa a assistência necessária, já que os pais e irmãos, quase sempre, são igualmente leigos.

Na zona rural, é grande o déficit na oferta de oportunidades educacionais, sendo comum a existência de vastas áreas habitadas que não contam com escolas, e, mesmo quando estas encontram-se disponíveis, o acesso da população é geralmente dificultado ou impedido em virtude da distância.

Como não bastassem todos esses problemas, as escolas rurais limitam-se a oferecer, apenas, as séries iniciais do 1º grau, e, como consequência, após cumprir instrução de 4 anos, é vedada ao aluno a chance de continuidade dos estudos. Em algumas unidades, como é o caso do Distrito Federal, as escolas rurais chegam a oferecer, atualmente, da 1ª à 6ª série do 1º grau.

Se nos dias de hoje é essa a realidade rural, ima

gine o quão mais sérios se apresentavam os problemas nos tempos pas
sados.

Na zona urbana, a população, sempre melhor assis
tida, recebe impacto bem menor de todas essas dificuldades. Dentre
outras vantagens: os professores são melhor preparados; as oportu
nidades educacionais, embora ainda limitadas, vão desde o 1º grau
aos cursos superiores; os estabelecimentos de ensino são considera
velmente melhor estruturados e equipados; o acesso à escola é faci
litado pela proximidade e meios de transportes; os alunos são melhor
assistidos (tanto em casa quanto na sala de aula), têm mais tempo
para estudar e, acima de tudo, são melhor nutridos.

Para que se tenha uma idéia da disparidade exis
tente, observe-se que, no Brasil, enquanto a população urbana de 15
anos e mais contava, em 1980, com 1 analfabeto para cada 6 pessoas,
ou o correspondente a 16,80%, mais da metade da população rural era
constituída de não letrados (52,66%). Já o grupo de 7 a 14 anos apre
sentava, na zona urbana, 1 analfabeto para cada 4 pessoas (24,93%),
enquanto na rural a proporção aumenta para 4 em 7 (56,97%).

Situação do Domicílio	7 a 14 anos		15 anos e mais	
	Total(1)	Não Alfa betizada(%)	Total(1)	Não Alfa betizada(%)
Urbana	14 490 906	24,93	51 888 654	16,80
Rural	8 454 428	56,97	20 981 851	52,66

(1) Não incluídas as pessoas sem declaração de alfabetização .

3.1 - A População de 15 Anos e Mais

No que diz respeito à instrução, o Censo de 1980 acusou para as populações urbana e rural de 15 anos e mais, no Brasil, as seguintes distribuições por anos de estudo:

População de 15 anos e mais				
Anos de Estudo	Urbana		Rural	
		% Acumulado	%	% Acumulado
Sem inst. e				
- de 1 ano	17,92	100,00	50,31	100,00
1 ano	3,55	82,08	5,49	49,69
2 anos	6,31	78,53	9,07	44,20
3 anos	9,37	72,22	11,19	35,13
4 anos	24,16	62,85	16,58	23,94
5 anos	3,86	38,69	1,48	7,36
6 anos	4,01	34,83	1,19	5,88
7 anos	4,22	30,82	1,09	4,69
8 anos	8,25	26,60	1,67	3,60
9 anos	2,32	18,35	0,38	1,93
10 anos	2,39	16,03	0,35	1,55
11 anos	7,72	13,64	0,86	1,20
12 anos	0,83	5,92	0,06	0,34
13 anos	0,80	5,09	0,05	0,28
14 anos	0,94	4,29	0,06	0,23
15 anos	2,03	3,35	0,10	0,17
16 anos	0,89	1,32	0,04	0,07
17 anos e mais	0,43	0,43	0,03	0,03
Total	51 843 779(1)		21 530 548(1)	

(1) Não incluídas as pessoas sem declaração de estudo.

Enquanto na zona urbana aproximadamente 2 de cada 11 pessoas de 15 anos e mais eram não instruídas (17,92%), na rural esse contingente correspondia à metade da população (50,31%).

Observe-se que a parcela de não alfabetizados da população urbana (16,80%) era menor que o contingente de não instruídos, invertendo-se a situação para a população rural, que era constituída de 52,66% de não letrados.

Se na zona urbana 62,85% haviam concluído, pelo mesmo, os estudos correspondentes ao curso primário, e 26,60% contavam com 8 e mais anos de estudo (tomem-se como referência os percentuais acumulados), na zona rural apenas 23,94% completaram o primário, e somente 3,60% conseguiram completar o 1º grau ou ginásial. Por conseguinte, no caso de se pretender a recuperação do primário para o contingente de 15 anos e mais em falta com aquele estudo, seria necessário atender a 37,15% da população urbana, contra 76,06% da rural; para que se procedesse a recuperação do 1º grau, o atendimento estender-se-ia a 73,40% na zona urbana e 96,40% na rural.

Com ao menos o 2º grau ou colegial completo, havia 13,64% da população urbana (1 de cada 7 pessoas) e apenas 1,20% da população rural (1 de cada 83). Com curso superior, mestrado ou doutorado, a proporção ficava em base próxima a 1 em 17 pessoas na zona urbana (5,92%) e 1 em 294 na rural (0,34%).

Veja-se que o problema da não iniciação dos estudos na zona rural assume quase que o triplo da proporção verificada na urbana, sendo, também, bastante significativa a diferença no que concerne aos problemas de evasão.

Na zona urbana, para cada 100 pessoas de 15 anos e mais que conseguiram concluir a 1ª série (tomem-se os 82,08% como base 100), 77 completaram o primário, 32 completaram o ginásial ou 1º grau, 17 completaram o colegial ou 2º grau e 7 contavam com superior, mestrado ou doutorado, completos ou incompletos. Para 100 que completaram o primário (62,85%), 42 terminaram o 1º grau; para 100 que terminaram o 1º grau (26,60%), 51 completaram o 2º grau; e para 100

que completaram o 2º grau (13,64%), 43 contavam com 12 e mais anos de estudo (5,92%).

Já na zona rural, para cada 100 pessoas que concluíram a 1ª série (49,69% da população de 15 anos e mais), 48 completaram o primário, 7 completaram o ginásial ou 1º grau, 2 (mais exatamente 2,4) completaram o colegial ou 2º grau e 1 (mais exatamente 0,7) contava com curso superior, mestrado ou doutorado. Para 100 que completaram o primário (23,94%), 15 terminaram o 1º grau; para 100 que terminaram o 1º grau (3,60%), 33 completaram o 2º grau; e para 100 que completaram o 2º grau (1,20%), 28 tinham 12 e mais anos de estudo (0,34%).

A população urbana de 15 anos e mais contava, em 1980, com 4,96 anos como média de estudo, enquanto a rural apresentou um desempenho médio de 1,80 anos. A diferença absoluta era de 3,16 anos, com a escolaridade rural correspondendo a pouco mais de um terço (36,29%) da urbana, que, por sua vez, ainda se encontrava bastante distanciada da situação ideal (média acima de 8 anos de estudo e todas as pessoas com, no mínimo, o 1º grau completo).

Abrindo um parênteses, e retornando-se ao subitem 2.1, observe-se que a população de 15 anos e mais, no Maranhão, apresentou 2,11 anos como média de estudo, limitando-se a um terço do desempenho apresentado pela população do Distrito Federal (6,34 anos); a diferença era, pois, maior que a verificada entre os desempenhos das populações urbana e rural, no Brasil. Por aí dá para se ter uma idéia do quão distanciadas encontram-se aquelas unidades, no que concerne ao nível de instrução de suas populações.

Retornando-se a análise da escolaridade, por situação do domicílio, chama a atenção o fato de 7,36% da população rural contar com mais de 4 anos de estudo.

Se as escolas rurais, afora algumas poucas exceções, oferecem apenas as séries iniciais do 1º grau, e antes de 1971, quando muito, o primário (4 anos, de acordo com a correspondência realizada pelo Censo), como explicar que 1 de cada 14 pessoas do grupo

etário de 15 anos e mais conseguiu ultrapassar o limite de 4 anos de instrução?

Certamente não são muitas as pessoas que, tendo residido e estudado na zona urbana, migraram para a rural; consequintemente, sem descartar outras explicações, o mais provável é que a grande maioria, sempre residente na zona rural, frequentou escolas urbanas.

De qualquer forma, sendo ou não migrantes, é certo que essas pessoas, na sua quase totalidade, estudaram em escolas urbanas. Assim, se a população rural tivesse dependido única e exclusivamente das oportunidades oferecidas por escolas rurais, teria apresentado nível de escolaridade ainda mais baixo; por outro lado, é certo, também, que se o fluxo migratório do campo para a cidade não fosse tão intenso, a população urbana se apresentaria com situação de estudo mais satisfatória.

Os dados a seguir correspondem à distribuição desas populações, segundo o curso completo ou incompleto:

Instrução	População de 15 anos e mais (%)	
	Urbana	Rural
Sem instrução	17,92	50,31
Primário Incompleto	19,23	25,75
Primário Completo	24,16	16,58
Ginasial Incompleto	12,09	3,76
Ginasial Completo	8,25	1,67
Colegial Incompleto	4,71	0,73
Colegial Completo	7,72	0,86
Superior Incompleto(1)	2,57	0,17
Superior Completo(1)	2,92	0,14
Mestrado ou Doutorado(1)	0,43	0,03

(1) Apenas para efeito dessa distribuição, foram consideradas como tendo curso superior incompleto as pessoas que apresentavam de 12 a 14 anos de estudo; com superior completo, aquelas que contavam com 15 e 16 anos; e com mestrado ou doutorado, todo o contingente com 17 anos e mais.

3.1.1 - O Perfil, Por Unidade da Federação e Região

As tabelas 4 e 5 às páginas 67 e 68 , fornecem os dados relativos à situação de escolaridade das populações urbana e rural de 15 anos e mais, segundo as regiões e unidades da Federação.

Quer sejam comparadas as médias de estudo, quer se comparem as distribuições, a população urbana, sem exceção de qualquer unidade ou região, apresenta-se, sempre, com desempenho melhor que a rural.

Esta constatação, na verdade, não tr^âs supresa alguma; vem, isto sim, confirmar a exist^ência generalizada do problema que é a diferenciação do tratamento e oportunidades educacionais oferecidos a essas populações.

Observem-se as disparidades em termos regionais:

Região	Média de Estudo (em anos)		
	Urbana	Rural	% (1)
Sul	5,24	2,91	55,53
Sudeste	5,05	2,29	45,35
Centro-Oeste	4,84	1,91	39,46
Norte	4,74	1,73	36,50
Nordeste	3,96	1,00	25,25

(1) Média rural, tomada a urbana por base 100%.

Se no Sul do País a escolaridade rural chega a representar mais da metade (55,53%) da escolaridade urbana, no Nordeste essa representatividade cai para apenas um quarto (25,25%), ficando em menos da metade (45,35%) no Sudeste, em dois quintos (39,46%) no Centro-Oeste, e limitando-se a 36,50% no Norte.

Note-se que as disparidades aumentam à medida que diminui a média de anos de estudo, no comparativo das regiões. O mesmo comportamento poderá ser constatado quando se comparam as unidades, contudo, uma observação mais acurada mostrará que isso não ocor

re como regra, e sim como tendência (são várias as exceções).

A maior discrepância acontece no Acre, onde a população rural, com média de 0,84 ano de estudo, atinge a escolaridade urbana (4,22 anos) em apenas 19,91%. Santa Catarina, por sua vez, apresenta a diferença menos acentuada, com a média rural (3,31 anos) correspondendo a 62,45% da urbana (5,30 anos).

Considerada somente a população urbana, o Distrito Federal é a unidade em melhor situação, tendo alcançado 6,43 anos como média de estudo (única acima de 6 anos), enquanto Alagoas contava com a média mais baixa (3,57 anos).

Já no que concerne ao nível de estudo da população rural, a média mais alta foi obtida em Santa Catarina (3,31 anos), permanecendo Alagoas com a mais baixa (0,77 ano).

Com base nesses dados, há duas observações a fazer: a primeira é que a diferença entre as unidades, em termos relativos, é bem mais acentuada no caso da população rural, com Alagoas atingindo menos de um quarto (23,26%) da escolaridade de Santa Catarina, enquanto a população urbana, ainda de Alagoas, chega a mais da metade (55,52%) da instrução apresentada pela população do Distrito Federal (o mesmo ocorre no comparativo por região); a segunda consiste do fato da população urbana que apresentou o nível de escolaridade mais baixo (3,57 anos como média em Alagoas, ou 3,96 anos como média no Nordeste), contar com desempenho ainda melhor que a população rural encontrada com o nível mais elevado (3,31 anos como média em Santa Catarina, e 2,91 anos na Região Sul), sendo esta, talvez, a prova mais significativa das disparidades educacionais entre as zonas urbana e rural.

Comparando-se os percentuais da distribuição por estudo da população urbana (vide tabela 4, à página 67). Santa Catarina, embora sendo superada pelo Distrito Federal e Rio de Janeiro em termos da instrução média, é a unidade que apresentou o menor contingente de não instruídos (10,03% do grupo urbano de 15 anos e mais), ficando o Rio Grande do Sul com 10,85%, o Distrito Federal com 11,17%,

e seguindo-se as demais unidades, com Alagoas apresentando a maior parcela (38,60%).

Com ao menos o curso primário completo (4 e mais anos de estudo), o maior contingente foi encontrado no Distrito Federal (73,89% do grupo urbano de 15 anos e mais), ficando Alagoas com a parcela menor (43,39%), observando-se uma proporção de 1,7 para 1, em detrimento de Alagoas.

Nos demais grupos de estudo, os máximos e mínimos assim se apresentavam:

Com, no mínimo, o 1º grau ou ginásial completo (8 e mais anos de estudo) - Distrito Federal (41,03%) e Rondônia (17,91%), numa proporção de 2,3 para 1;

Com, pelo menos, o 2º grau ou colegial completo (11 anos e mais) - Distrito Federal (22,83%) e Rondônia (7,55%), numa proporção de 3 para 1;

Com curso superior, mestrado ou doutorado, completos ou incompletos (12 anos e mais) - Distrito Federal (11,39%) e Maranhão (1,84%), numa proporção de 6,2 para 1.

Seguem-se os máximos e mínimos, no comparativo da distribuição por estudo da população rural (vide tabela 5, à página 68):

Sem instrução e menos de 1 ano de estudo - Alagoas (76,38%) e Santa Catarina (17,73%), numa proporção de 4,3 para 1;

Com, pelo menos, o primário completo - Rio Grande do Sul (55,40%) e Piauí (8,57%), numa proporção de 6,5 para 1;

Com, no mínimo, o 1º grau ou ginásial completo - Distrito Federal (10,64%) e Ceará (1,01%), numa proporção de 10,5 para 1;

Com, pelo menos, o 2º grau ou colegial completo - Distrito Federal (3,88%) e Ceará (0,27%), numa proporção de 14,4 para 1;

Com curso superior, mestrado ou doutorado, completos ou incompletos - Distrito Federal (1,32%) e Piauí (0,03%), numa

proporção de 44 para 1.

No caso de se pretender a recuperação do primário para a parcela em falta com aquele estudo, o esforço máximo de atendimento da população urbana dar-se-ia em Alagoas, atingindo a 56,61% das pessoas de 15 anos e mais, e o mínimo no Distrito Federal, onde teriam de ser atendidos 26,11%, contra um esforço máximo de atendimento de 91,43% da população rural, no Piauí, e um mínimo de 44,60% no Rio Grande do Sul.

No caso da recuperação do 1º grau, ter-se-ia para a população urbana, 58,97% de atendimento no Distrito Federal (esforço mínimo) e 82,09% em Rondônia (esforço máximo); já com relação a população rural, constituir-se-ia em esforço mínimo o atendimento a 89,36% no Distrito Federal, e em esforço máximo o atendimento a 98,09% no Ceará.

As demais unidades empreenderiam esforços com variações dentro dos limites aqui apresentados.

TABELA 04
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO URBANA DE 15 ANOS E MAIS,
POR ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERA
ÇÃO - BRASIL, 1980.

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL	ANOS DE ESTUDO					
		Sem inst. e - de 1	4 e mais	8 e mais	11 e mais	12 e mais	Média
BRASIL	51 843 779	17,92	62,85	26,60	13,64	5,92	4,96
Norte	1 704 707	17,14	59,88	24,15	11,02	3,56	4,74
Rondônia	125 884	21,73	53,73	17,91	7,55	2,22	4,09
Acre	74 322	25,31	54,51	20,55	9,11	3,81	4,22
Amazonas	471 957	17,65	61,16	24,58	11,72	3,45	4,83
Roraima	27 786	18,31	62,28	25,35	10,91	2,91	4,80
Pará	950 232	15,62	60,08	24,79	11,20	3,84	4,81
Amapá	54 526	16,88	65,70	27,99	12,45	2,74	5,11
Nordeste	10 431 898	31,24	49,06	20,79	10,59	3,81	3,96
Maranhão	709 580	30,80	47,06	19,00	8,65	1,84	3,77
Piauí	515 694	32,26	47,39	20,65	9,67	2,70	3,86
Ceará	1 702 494	31,36	47,19	19,94	10,18	3,58	3,85
Rio Grande do Norte .	682 183	32,05	49,23	18,95	9,15	3,75	3,84
Paraíba	871 779	36,10	45,34	19,39	10,17	5,13	3,74
Pernambuco	2 297 934	29,45	52,71	22,59	11,86	4,84	4,22
Alagoas	570 134	38,60	43,39	18,88	9,88	3,96	3,57
Sergipe	363 221	31,09	47,26	20,42	9,66	3,56	3,91
Bahia	2 718 879	29,30	50,56	21,65	11,25	3,41	4,08
Sudeste	28 799 650	14,33	66,91	28,49	14,96	6,80	5,05
Minas Gerais	5 745 490	17,05	61,64	23,29	12,22	4,69	4,74
Espírito Santo	821 176	17,87	62,91	28,08	14,50	4,77	5,02
Rio de Janeiro	7 186 647	13,74	72,08	34,15	17,63	8,10	5,80
São Paulo	15 046 337	14,28	66,67	27,80	14,76	7,10	5,22
Sul	7 816 699	12,93	68,32	28,33	13,63	6,16	5,24
Paraná	2 826 312	16,98	60,92	26,00	13,28	5,61	4,87
Santa Catarina	1 381 351	10,03	71,44	29,70	12,14	4,77	5,30
Rio Grande do Sul ...	3 609 036	10,85	72,95	29,64	14,48	7,13	5,51
Centro-Oeste	3 090 079	19,42	59,46	25,83	13,11	5,55	4,84
Mato Grosso do Sul ..	555 483	20,87	55,19	20,95	9,88	4,39	4,37
Mato Grosso	377 192	22,97	54,13	20,39	9,22	3,79	4,25
Goiás	1 448 116	21,98	55,44	21,67	10,61	3,60	4,39
Distrito Federal	709 288	11,17	73,89	41,03	22,83	11,39	6,43

Fonte: Censo Demográfico de 1980 - IBGE (Dados Elaborados pelo DEPLAN)

TABELA 05
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RURAL DE 15 ANOS E MAIS, POR
ANOS DE ESTUDO , SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO -
BRASIL, 1980.

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL	ANOS DE ESTUDO					
		Sem inst. e - de 1	4 e mais	5 e mais	11 e mais	12 e mais	Média
BRASIL	21 530 548	50,31	23,94	3,60	1,20	0,34	1,80
Norte	1 451 402	49,32	18,85	3,64	1,24	0,33	1,73
Rondônia	135 661	46,15	20,72	1,86	0,45	0,11	1,75
Acre	83 385	74,67	9,92	1,46	0,42	0,10	0,84
Amazonas	280 395	59,22	10,56	1,27	0,33	0,12	1,17
Roraima	16 170	52,89	21,76	3,38	1,19	0,47	1,69
Pará	901 137	44,59	21,44	4,70	1,68	0,46	1,96
Amapá	34 654	41,79	31,90	7,77	2,50	0,51	2,46
Nordeste	9 182 735	69,28	10,89	1,98	0,75	0,19	1,00
Maranhão	1 469 961	63,79	14,03	3,87	1,86	0,51	1,31
Piauí	615 931	72,68	8,57	1,23	0,29	0,03	0,83
Ceará	1 333 491	69,39	8,69	1,01	0,27	0,07	0,87
Rio Grande do Norte ..	428 875	65,33	14,35	1,93	0,65	0,18	1,19
Paraíba	711 704	67,09	12,46	1,77	0,54	0,14	1,07
Pernambuco	1 268 480	67,44	14,45	2,98	1,15	0,27	1,18
Alagoas	524 113	76,38	8,85	1,41	0,44	0,11	0,77
Sergipe	269 939	71,31	9,86	1,39	0,43	0,09	0,90
Bahia	2 560 241	72,07	8,54	1,34	0,47	0,11	0,83
Sudeste	5 211 129	38,85	30,22	4,97	1,82	0,60	2,29
Minas Gerais	2 532 220	44,43	24,15	2,89	1,02	0,26	1,92
Espírito Santo	416 589	40,56	33,30	4,66	1,52	0,26	2,26
Rio de Janeiro	549 882	38,51	32,37	6,40	2,32	0,69	2,46
São Paulo	1 712 438	30,28	37,77	7,65	2,90	1,13	2,83
Sul	4 295 727	25,05	45,90	5,37	1,41	0,35	2,91
Paraná	1 784 705	33,60	32,82	3,86	1,09	0,20	2,38
Santa Catarina	876 095	17,73	54,78	6,99	1,43	0,32	3,31
Rio Grande do Sul ...	1 635 927	19,64	55,40	6,13	1,74	0,51	3,28
Centro-Oeste	1 349 717	45,26	24,31	3,57	1,02	0,24	1,91
Mato Grosso do Sul ..	254 802	41,77	26,46	3,68	1,06	0,32	2,07
Mato Grosso	267 856	47,46	23,45	3,35	0,93	0,26	1,86
Goiás	806 684	47,63	23,48	3,45	0,97	0,19	1,85
Distrito Federal	20 375	32,30	42,03	10,64	3,88	1,32	3,08

Fonte: Censo Demográfico de 1980 - IBGE (Dados Elaborados pelo DEPLAN)

3.2 - A População de 7 a 14 Anos

Conheça-se, inicialmente, a estrutura etária das populações urbana e rural de 7 a 14 anos, no Brasil, conforme acusou o Censo de 1980:

Idade	Urbana		Rural	
	Número	%	Número	%
7 anos	1 849 005	12,74	1 141 539	13,48
8 anos	1 802 618	12,42	1 101 431	13,01
9 anos	1 784 385	12,30	1 039 505	12,27
10 anos	1 843 622	12,70	1 132 779	13,38
11 anos	1 778 806	12,26	1 032 273	12,19
12 anos	1 815 437	12,51	1 064 349	12,56
13 anos	1 781 445	12,27	979 134	11,56
14 anos	1 857 549	12,80	977 928	11,55
Total	14 512 867	100,00	8 468 938	100,00

Como se teve a oportunidade de observar no subítem 2.2, é comum acreditar-se que essa população apresenta distribuição onde o número de pessoas é tão maior quanto menor é a idade. Já na aquela ocasião se pode questionar tal pensamento, tendo sido constatado que os brasileiros desse grupo etário (tomadas, cumulativamente, as populações urbana e rural) apresentavam-se distribuídos, segundo a idade, de forma aproximadamente homogênea.

Aqui, notadamente com relação à população urbana, volta-se a não observar o comportamento de diminuição do contingente populacional à medida que é aumentada a idade; já com relação à população rural, pode-se perceber que a tendência de diminuição existe, porém, de forma muito irregular, e, certamente, não com a intensidade esperada. Como resultado, o grupo urbano apresentou uma idade média de 10,50 anos (igual a que seria obtida no caso de uma distribuição homogênea), ficando o rural com 10,39 anos.

De conformidade com as premissas estabelecidas no subitem 2.2, ou seja, todo o universo de 7 a 14 anos frequentando escola, e todos os alunos cursando as séries correspondentes às suas idades, obter-se-ia para a população urbana, de acordo com a estrutura etária, 3,50 anos como média de estudo, caindo para 3,39 anos no caso da população rural.

Estas médias, que corresponderiam à situação ideal de escolaridade, apresentam, entre si, diferença absoluta de 0,11 ano, com a média rural chegando a representar 96,86% da urbana. Isto significa, em síntese, que a população rural, pela própria natureza da sua composição etária, teria justificada uma diferença de desempenho da ordem de -3,14% em relação ao desempenho urbano.

Ainda com base no Censo, considerados os resultados efetivamente obtidos, são 2,04 anos como média de estudo para os brasileiros de 7 a 14 anos, na zona urbana, e 0,95 ano como média na zona rural. A diferença percentual era de 53,43%, tomada a média urbana por base 100%.

Observe-se que, mesmo que fossem excluídos dessa diferença os 3,14% justificados pelas disparidades advindas da estrutura etária, a população rural permaneceria, ainda, com desempenho 50,29% menor que o constatado para a urbana. Portanto, o fato dessa população ser um pouco mais jovem assume significado inexpressivo como fator de justificativa das disparidades observadas.

Por outro lado, o fato da população urbana contar com mais do dobro da escolaridade rural não pode ser tido como indicador de bom desempenho, posto que só conseguiu cumprir 58,29% da escolaridade ideal (3,50 anos como média). A população rural, por sua vez, encontrava-se ainda mais defasada, limitando-se a atingir o modelo teórico de 3,39 anos em apenas 28,02%.

Observem-se as distribuições por estudo:

População de 7 a 14 anos

Anos de Estudos	Urbana				Rural			
	Ideal		Real		Ideal		Real	
	%	%acum.	%	%acum.	%	%acum.	%	%acum.
Sem inst. e								
- de 1 ano	12,74	100,00	31,66	100,00	13,48	100,00	61,09	100,00
1 ano	12,42	87,26	16,87	68,34	13,01	86,52	12,47	38,91
2 anos	12,30	74,84	14,91	51,47	12,27	73,51	10,12	26,44
3 anos	12,70	62,54	12,22	36,56	13,38	61,24	7,24	16,32
4 anos	12,26	49,84	11,04	24,34	12,19	47,86	6,19	9,08
5 anos	12,51	37,58	6,61	13,30	12,56	35,67	1,62	2,89
6 anos	12,27	25,07	4,13	6,69	11,56	23,11	0,84	1,27
7 anos	12,80	12,80	2,07	2,56	11,55	11,55	0,34	0,43
8 anos	-	-	0,49	0,49	-	-	0,09	0,09
Total(1)	14 512 867		14 509 304		8 468 938		8 451 752	

(1) A diferença entre os totais ideal e real, tanto da população urbana quanto da rural , corresponde às pessoas sem declaração de estudo.

De uma distribuição que deveria se aproximar da homogenidade caso o grupo de 7 a 14 anos, quer urbano quer rural, se apresentasse com a escolaridade ideal, o que se verifica na realidade é uma diminuição vertiginosa do contingente populacional à medida que aumenta o número de anos de instrução, sendo que, na zona rural, isso se dá de forma mais acentuada, indicando o maior atraso dessa população.

O grupo sem instrução e menos de 1 ano de estudo, que deveria limitar-se às pessoas com 7 anos de idade, representando 12,74% e 13,48%, respectivamente, dos universos urbano e rural de 7 a 14 anos , encontra a adesão de quase um terço (31,66%) da população urbana, contingente este que se estende para mais de três quintos (61,09%) da rural. Em termos proporcionais, tomada a situação ideal por base, para cada pessoa não instruída, têm-se, na realidade, 2,5 na zona urbana e

4,5 na rural.

Comparando-se os percentuais acumulados, tem-se: tomado o contingente rural por base (situação real), para cada pessoa com 2 ou mais anos de estudo (26,44% da população), havia 2 na zona urbana (51,47%), contra 2,8 da situação ideal para ambas as populações (73,51% da rural e 74,84% da urbana, que correspondem ao grupo de 9 a 14 anos); para cada pessoa com pelo menos a 4ª série completa (9,08% da população rural), havia 2,7 na zona urbana (24,34%), contra 5,3 da situação ideal rural e 5,5 da urbana (respectivamente, 47,86% e 49,84%, correspondentes ao grupo de 11 a 14 anos); para cada pessoa com pelo menos a 6ª série completa (1,27% da população rural), havia 5,3 da urbana (6,69%), contra 18 da situação ideal rural e 20 da urbana (23,11% e 25,07%, que correspondem ao grupo de 13 e 14 anos).

Como se percebe, as discrepâncias entre as situações ideal e real, tanto no caso da população urbana, quanto da rural, bem como as disparidades entre essas populações, aumentam com as séries, o que logicamente se dá em decorrência do acúmulo dos problemas, como o déficit da oferta de oportunidades educacionais, a não iniciação dos estudos, o ingresso tardio, a repetência e evasão definitiva, os quais, sem sombra de dúvida, atuam em maior escala, e causam distorções mais expressivas, na zona rural.

Ratificando as desigualdades, observe-se que, dos 14 512 867 brasileiros de 7 a 14 anos encontrados na zona urbana à época do Censo, 11 755 611 frequentavam escola, enquanto dos 8 468 938 residentes na zona rural, somente 3 672 453 estudavam. A taxa de escolarização era de 81,00% da população urbana, caindo para apenas 46,36% da rural.

3.2.1 - O Perfil, por Unidade da Federação e Região

Nas unidades e regiões, assim como foi constatado para o contingente de 15 anos e mais, também a população urbana de

7 a 14 anos apresentou, sempre, nível de escolaridade mais alto que a rural.

O Acre, mais uma vez, aparece como a unidade detentora da maior diferença relativa, com a instrução média rural (0,32 ano) correspondendo a pouco mais de um quinto (21,62%) da urbana (1,48 anos), enquanto o Rio Grande do Sul mostra-se como a que menos discrimina essas populações, com a média urbana (2,57 anos) sendo atingida em mais de quatro quintos (83,27%) pela rural (2,14 anos).

Por região, os dados assim se apresentavam:

Média de Estudo (em anos)			
Região	Urbana	Rural	% (1)
Sul	2,48	1,85	74,60
Sudeste	2,26	1,40	61,95
Centro-Oeste	1,86	0,88	47,31
Norte	1,57	0,63	40,13
Nordeste	1,49	0,44	29,53

(1) média rural, tomada a urbana por base 100%.

Se no Brasil a população rural de 7 a 14 anos limitou-se a atingir a escolaridade urbana em 46,57%, essa representatividade encontra um mínimo de 29,53% como média para as unidades do Nordeste, atinge dois quintos (40,13%) no Norte, chega perto da meta de (47,31%) no Centro-Oeste, alcança mais de três quintos (61,95%) no Sudeste e atinge um máximo de três quartos (74,60%) no Sul.

Volta-se, pois, a observar, também para a faixa de 7 a 14 anos, que disparidade de desempenho entre as populações urbana e rural aumenta à medida que diminui a média de anos de estudo no comparativo das regiões, o mesmo ocorrendo como tendência (não como regra) no que concerne às unidades.

Tomados os extremos, o Nordeste chega a contar com três quintos (60,01%) da escolaridade urbana do Sul do País, limitando-se, porém, a menos de um quarto (23,78%) da escolaridade rural da

quela região.

Como se vê, a população rural apresenta, por região, diferença de desempenho bem mais significativa que a urbana, constatação esta, também, extensiva às unidades.

Considerada a população urbana (vide tabela 6, à página 76), o melhor desempenho se deu em Santa Catarina (2,70 anos como média de estudo), seguindo-se, acima da média do País (2,04 anos), Rio Grande do Sul (2,57), Distrito Federal (2,39), Espírito Santo (2,37), São Paulo (2,34), Rio de Janeiro (2,17), Minas Gerais (2,16) e Amapá (2,09). No outro extremo, apresentando o pior desempenho , tem-se o Ceará, com média de 1,35 anos, ou o equivalente a 50% da escolaridade apresentada em Santa Catarina.

Considerada a população rural (vide tabela 7, à página 77), o Rio Grande do Sul passa a contar com o nível de estudo mais elevado (2,14 anos como média), seguindo-se Santa Catarina (2,09), São Paulo (1,82), Paraná (1,55), Distrito Federal (1,51), Espírito Santo (1,46), Rio de Janeiro (1,32), Minas Gerais (1,16), Amapá (1,08) e Mato Grosso do Sul (1,03), que compõem o grupo que supera a média nacional (0,95 ano). Desta feita, o nível mais baixo é encontrado no Acre (0,32 ano; apenas 14,95% do desempenho constatado para a população do Rio Grande do Sul).

É fácil ver que nenhuma unidade ou região conseguiu cumprir a escolaridade ideal de 3,50 anos como média de estudo para a zona urbana, ou 3,39 anos como média para a rural (resultados obtidos a partir da estrutura etária das populações urbana e rural de 7 a 14 anos, tomado o Brasil como um todo).

O modelo teórico urbano foi atingido em 77,14% em Santa Catarina, 73,42% no Rio Grande do Sul, 68,29% no Distrito Federal, diminuindo para as demais unidades, até que se chega à representatividade mínima de 38,57% no Ceará; já o modelo rural foi atingido em 63,13% no Rio Grande do Sul, 61,65% em Santa Catarina, 53,69% em São Paulo, 45,72% no Paraná, 44,54% no Distrito Federal, caindo para as unidades restantes, até que se chega a um mínimo de 9,44% no Acre.

A Região Sul atingiu a situação ideal urbana em 70,87%, e a rural em 54,57%, enquanto o Nordeste limitou-se a 42,57% do modelo urbano e apenas 12,98% do rural.

Considerada a distribuição por estudo da população urbana (tabela 6, à página 76), Santa Catarina encontra-se, sempre, com a melhor situação: menor contingente sem instrução e menos de 1 ano de estudo (20,55% do grupo urbano de 7 a 14 anos) e maiores parcelas nos demais níveis (64,35% com 2 e mais anos de estudo, 35,36% com 4 anos e mais e 12,62% com 6 anos e mais). Na pior situação encontram-se o Ceará, com o maior contingente de não instruídos (48,49%), e, com a menor parcela nos demais níveis, Acre (28,12% com 2 e mais anos de estudo), Ceará (13,64% com 4 anos e mais) e Rondônia (3,03% com 6 anos e mais).

Considerada a distribuição por estudo da população rural (tabela 7, à página 77), tem-se o Rio Grande do Sul, com o menor contingente de não instruídos (27,01% do grupo rural de 7 a 14 anos) e maiores parcelas com 2 e mais anos de estudo (56,77%) e 4 anos e mais (27,13%), ficando Santa Catarina com o maior contingente com 6 anos e mais (4,16%). No outro extremo aparecem o Acre, com a maior parcela de não instruídos (84,68%) e menor contingente com 2 e mais anos de estudo (9,29%), o Piauí, com a menor parcela com 4 anos e mais (2,02%), e Amazonas, com o menor contingente com 6 anos e mais (0,19%).

As outras unidades apresentavam percentuais com variação dentro desses limites.

TABELA 06
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO URBANA DE 7 A 14 ANOS, POR ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - BRASIL, 1980

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL	ANOS DE ESTUDO				
		Sem inst. e - de 1	2 e mais	4 e mais	6 e mais	Média
BRASIL	14 509 062	31,66	51,47	24,34	6,69	2,04
Norte	648 902	40,30	41,30	15,86	3,75	1,57
Rondônia	48 401	39,42	42,86	16,40	3,03	1,59
Acre	28 522	41,97	28,12	14,56	3,12	1,48
Amazonas	180 017	40,10	41,11	15,62	3,56	1,56
Roraima	9 584	29,56	52,32	21,32	5,39	1,99
Pará	358 539	41,37	40,30	15,30	3,81	1,54
Amapá	23 839	29,84	53,29	24,34	5,76	2,05
Nordeste	3 640 110	44,65	38,68	15,57	3,87	1,49
Maranhão	279 400	45,44	38,59	15,49	4,07	1,48
Piauí	197 692	40,76	41,59	14,87	3,54	1,54
Ceará	574 855	48,55	35,47	13,64	3,24	1,35
Rio Grande do Norte ..	225 498	39,66	43,08	17,53	4,13	1,64
Paraíba	297 548	48,49	35,65	14,90	3,88	1,39
Pernambuco	767 878	39,40	42,67	17,79	4,57	1,66
Alagoas	206 585	48,40	35,94	14,89	3,71	1,39
Sergipe	129 761	45,38	37,89	14,45	3,14	1,43
Bahia	960 893	46,18	37,44	15,18	3,76	1,44
Sudeste	7 086 757	26,29	56,75	27,91	7,69	2,26
Minas Gerais	1 690 748	27,83	55,69	26,62	6,09	2,16
Espírito Santo	238 135	25,99	57,93	29,98	9,44	2,37
Rio de Janeiro	1 627 005	26,52	55,12	25,06	7,27	2,17
São Paulo	3 530 869	25,47	57,93	29,71	8,53	2,34
Sul	2 097 481	23,52	60,71	31,90	9,85	2,48
Paraná	861 057	26,42	57,33	28,34	8,32	2,29
Santa Catarina	399 991	20,55	64,35	35,36	12,62	2,70
Rio Grande do Sul ...	836 433	21,97	62,43	33,90	10,09	2,57
Centro-Oeste	1 035 812	33,73	47,94	20,72	5,11	1,86
Mato Grosso do Sul ..	189 171	34,56	47,39	20,03	4,45	1,81
Mato Grosso	139 465	36,74	43,97	17,20	3,73	1,67
Goiás	502 624	36,87	44,51	18,39	4,26	1,71
Distrito Federal	204 552	23,19	59,58	29,46	8,76	2,39

Fonte: Censo Demográfico de 1980 - IBGE (Dados Elaborados pelo DEPLAN)

TABELA 07
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RURAL DE 7 A 14 ANOS, POR ANOS
DE ESTUDO, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - BRASIL, 1980

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL	ANOS DE ESTUDO				
		Sem inst. e - de 1	2 e mais	4 e mais	6 e mais	Média
BRASIL	8 451 752	61,09	26,44	9,08	1,27	0,95
Norte	635 956	69,81	17,93	3,79	0,54	0,63
Rondônia	59 815	60,62	25,13	5,33	0,39	0,85
Acre	39 359	84,68	9,29	2,04	0,25	0,32
Amazonas	133 390	76,90	12,54	2,07	0,19	0,44
Roraima	6 372	57,50	28,05	5,90	0,30	0,94
Pará	380 639	68,18	18,79	4,00	0,64	0,66
Amapá	16 381	52,53	32,33	10,32	2,07	1,08
Nordeste	3 883 377	78,72	12,31	2,85	0,42	0,44
Maranhão	585 381	77,68	13,55	3,68	0,80	0,50
Piauí	282 227	80,13	10,44	2,02	0,27	0,38
Ceará	569 466	80,96	10,42	1,93	0,22	0,37
Rio Grande do Norte .	175 435	70,18	18,45	4,32	0,54	0,64
Paraíba	301 501	78,42	12,70	2,96	0,39	0,45
Pernambuco	537 557	74,54	15,11	3,90	0,61	0,55
Alagoas	227 250	82,98	9,79	2,31	0,31	0,35
Sergipe	123 263	78,22	12,22	2,75	0,29	0,44
Bahia	1 081 297	80,46	11,17	2,47	0,33	0,40
Sudeste	1 881 281	44,51	39,17	13,95	1,94	1,40
Minas Gerais	946 579	51,07	33,27	10,36	0,93	1,16
Espírito Santo	159 088	44,08	40,42	15,49	2,07	1,46
Rio de Janeiro	194 084	44,88	37,08	11,29	1,89	1,32
São Paulo	581 530	33,85	49,10	20,25	3,57	1,82
Sul	1 536 829	33,19	50,50	21,78	3,01	1,85
Paraná	724 610	39,88	43,89	16,05	1,78	1,55
Santa Catarina	321 829	27,61	55,79	26,51	4,16	2,09
Rio Grande do Sul ...	490 390	27,01	56,77	27,13	4,08	2,14
Centro-Oeste	514 309	61,10	25,23	6,82	0,81	0,88
Mato Grosso do Sul ..	95 153	56,30	29,54	8,77	0,86	1,03
Mato Grosso	102 521	61,43	26,07	7,01	0,79	0,90
Goiás	308 488	63,06	23,17	5,99	0,74	0,82
Distrito Federal	8 147	39,02	41,96	12,95	3,39	1,51

Fonte: Censo Demográfico de 1980 - IBGE (Dados Elaborados pelo DEPLAN)

4 - A ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO, SEGUNDO O SEXO

A discriminação do homem em detrimento da mulher , mais notadamente no campo profissional, é um fato que sempre esteve presente na sociedade brasileira.

Se é certo que as diferenças têm diminuído nas diversas áreas, com a mulher conseguindo a largos passos ganhar terreno em busca da igualdade de oportunidades e condições, ainda há muito o que mudar na sociedade para que isso ocorra em toda a sua plenitude, pois, mesmo nos dias atuais, permanece todo um rol de atividades e realizações que, por hábito ou herança da própria cultura, não sido facilitadas, ou mesmo reservadas, ao sexo masculino.

No que diz respeito à educação, as mudanças se fizeram por demais expressivas.

À medida do surgimento das gerações mais jovens , o perfil de estudo da mulher, relativamente ao sexo oposto, ganhou tal expressão, que de uma posição de completa inferioridade nos grupos etários de 30 anos e mais, apresentou equilíbrio já na faixa de 25 a 29 anos, para a partir daí, ou seja, nas faixas menores, suplantar o perfil masculino em todos os níveis de ensino, inclusive no superior, onde ocorriam as maiores discrepâncias.

Esse processo evolutivo será descrito de forma mais detalhada, por ocasião da abordagem do Ítem 5 - A Escolaridade da População, Segundo a Idade, que consta do volume II deste trabalho.

4.1 - A População de 15 Anos e Mais

Seguem-se as distribuições por anos de estudo, das populações masculina e feminina de 15 anos e mais, no Brasil, conforme acusou o Censo de 1980:

Anos de Estudo	População de 15 anos e mais			
	Masculina		Feminina	
	%	% Acumul.	%	% Acumul.
Sem inst. e - de 1 ano	26,29	100,00	28,52	100,00
1 ano	4,44	73,71	3,81	71,48
2 anos	7,35	69,27	6,89	67,67
3 anos	9,96	61,92	9,85	60,78
4 anos	22,15	51,96	21,71	50,93
5 anos	3,35	29,81	3,08	29,22
6 anos	3,31	26,56	3,06	26,14
7 anos	3,39	23,25	3,21	23,08
8 anos	6,43	19,86	6,22	19,87
9 anos	1,72	13,43	1,79	13,65
10 anos	1,79	11,71	1,79	11,86
11 anos	5,17	9,92	6,23	10,07
12 anos	0,62	4,75	0,59	3,84
13 anos	0,61	4,13	0,56	3,25
14 anos	0,63	3,52	0,73	2,69
15 anos	1,50	2,89	1,43	1,96
16 anos	0,95	1,39	0,34	0,53
17 anos e mais	0,44	0,44	0,19	0,19
Total	36 106 778(1)		37 267 549(1)	

(1) Não incluídas as pessoas sem declaração de estudo.

As distribuições em muito se assemelham; contudo , a rigor, pode ser notado que entre as mulheres o problema da não iniciação dos estudos foi maior que entre os homens (28,52% eram não instruídas, contra 26,29% do sexo masculino, ou, por outro lado , 71,48% contavam com 1 e mais anos de estudo, contra 73,71% homens) . Nota-se, ainda, que as mulheres apresentaram menor parcela quanto à conclusão do primário (50,93% com 4 e mais anos de estudo , contra 51,96% dos homens) e, também, com relação ao ingresso no ginásial (29,22%, contra 29,81%); igualaram-se aos homens no que tange à complementação do 1º grau (19,87% com 8 e mais anos de estudo, contra 19,86%); ingressaram em maior escala no colegial ou 2º grau (13,65%, contra 13,43%), como, também, foram mais incidentes na conclusão desse ensino (10,07% com 11 e mais anos de estudo , contra 9,92%). Finalmente, ingressaram em menor escala no nível superior (3,84%, contra 4,75%, com a diferença aumentando em favor dos homens, com as séries).

Analise-se os dados sob outra ótica.

Dos homens, 73,71% contavam com 1 e mais anos de estudo, e 51,96% com 4 anos e mais - por diferença, tomado o primeiro por base, para cada 100 que completaram a 1ª série, 70 conseguiram concluir, no mínimo, o primário. Por outro lado, 71,48% das mulheres apresentavam 1 e mais anos de estudo, contra 50,93% com 4 e mais, ou seja, de 100 que concluíram a 1ª série, 71 completaram o primário.

Como se percebe, consideradas apenas as pessoas bem sucedidas no primeiro ano de estudo, os homens evadiram mais que as mulheres, ao longo das séries do primário e/ou da 1ª à 4ª série do 1º Grau; entretanto, a diferença era de apenas 1 em cada grupo de 100 pessoas.

Segundo esse raciocínio, têm-se os seguintes resultados:

De 100 homens que completaram o primário, 57 concluíram a 1ª série do ginasial (5ª do 1º Grau), sendo exatamente a mesma a proporção no caso das mulheres;

Para cada 100 que ingressaram no ginasial, 67 completaram esse ensino, contra 68 mulheres. Também aqui, os homens atrasaram mais (outra vez com diferença de apenas 1 pessoa em 100);

Para 100 que completaram o 1º Grau (ginasial), 68 completaram a 1ª série do colegial ou 2º Grau, contra 69 mulheres. Novamente houve maior evasão dos homens (ainda com diferença de 1 pessoa em 100);

Para 100 que iniciaram o 2º Grau, 73 concluíram esse ensino, ocorrendo o mesmo com as mulheres;

Para 100 que completaram o 2º Grau, 48 ingressaram no nível superior, contra, apenas, 37 mulheres. A diferença em favor dos homens era, pois, de 11 em 100 pessoas, indicando que o sexo feminino apresentava um afluxo de ingresso bem inferior.

Do que se pode observar, ao longo do 1º e 2º Graus, ambos os sexos tiveram praticamente o mesmo desempenho, contudo, quando se consideram as taxas de iniciação dos estudos e ingresso/conclusão do ensino superior, os homens levam vantagem, o que lhes assegura, no cômputo geral, nível de instrução um pouco melhor.

Assim, considerada a faixa de 15 anos e mais, a população masculina contava com média de 4,09 anos de estudo, enquanto o grupo feminino limitava-se a 3,97 anos. A diferença era de apenas 0,12 anos, ou, percentualmente, 2,93% a menos para as mulheres, tomada por base a escolaridade dos homens.

O fato das diferenças serem tão diminutas decorre da faixa de idade considerada - como já se teve a oportunidade de observar, nas gerações mais velhas os homens superam o perfil de estudo das mulheres, enquanto nas mais jovens, inverte-se a situação, daí as compensações.

Diante dos números apresentados, a conclusão a que se chega é de que as populações masculina e feminina de 15 anos e mais, no Brasil, em muito se distanciam de algo que possa ser tido como situação de escolaridade ideal.

Apenas para reafirmar essa posição, observe-se que 48,04% dos homens e 49,07% das mulheres, quase a metade, não conseguiram, sequer, cumprir a obrigatoriedade constitucional para com o ensino primário, e não menos que quatro quintos, tanto dos homens quanto das mulheres (respectivamente, 80,14% e 80,13%), encontravam-se em situação de descumprimento da atual Constituição, no que diz respeito à obrigatoriedade para com o ensino de 1º Grau.

4.1.1 - O Perfil, por Unidade da Federação e Região

Há pouco foi observado que, no Brasil, considerada a faixa de 15 anos e mais, o perfil de estudo dos homens superava o das mulheres, o que já era esperado; contudo, é deveras curioso constatar-se que o desequilíbrio a favor do sexo masculino seja provocado, preponderantemente, pelas unidades que compõem as regiões Sudeste e Sul, nas quais, sem exceção, se verifica essa ocorrência (comparem-se as médias de estudo e os demais dados das tabelas 8 e 9, às páginas, 87 e 88).

Já por outro lado, excetuando-se Amapá e Pernambuco, as mulheres apresentavam nível de instrução mais alto que o dos homens em todas as outras unidades das regiões Norte e Nordeste, enquanto na Região Centro-Oeste ocorria o predomínio da escolaridade feminina no Mato Grosso e Goiás, e masculina, no Distrito Federal e Mato Grosso do Sul.

Assim, para essa faixa de idade, verifica-se o predomínio do perfil de estudo dos homens nas unidades mais desenvolvidas sócio-econômico - culturalmente; das mulheres, nas menos desenvolvidas.

Os dados do Censo não permitem identificar as causas desse evento, que se estabelece como motivo de indagação para os educadores.

Segue a classificação das unidades, segundo a or

dem crescente do valor percentual da média de estudo das mulheres, relativamente à dos homens, tomada esta como base 100%.

a) abaixo de 90% - apenas Pernambuco (89,70%);

b) entre 90 e 95% - Rio de Janeiro (91,41%), São Paulo (92,46%), Distrito Federal (93,30%), Paraná (93,80%) e Santa Catarina (94,22%);

c) entre 95 e 100% - Mato Grosso do Sul (97,56%) , Espírito Santo (97,58%), Rio Grande do Sul (98,35%), Amapá (99,02%) e Minas Gerais (99,23%);

d) entre 100 e 105% - Rondônia (100,70%), Mato Grosso (101,55%), Amazonas (102,92%), Roraima (103,05%), Bahia (103,66%) , Goiás (103,80%), Sergipe (104,28%) e Pará (104,48%);

e) entre 105 e 110% - apenas Alagoas (107,48%);

f) entre 110 e 115% - Maranhão (111,50%) e Acre (114,04%);

g) acima de 115% - Ceará (117,17%), Paraíba (118,61%), Rio Grande do Norte (118,68%) e Piauí (118,81%).

A maior discrepância em detrimento do sexo feminino dava-se em Pernambuco, onde a escolaridade das mulheres (2,96 anos) correspondia a 89,70% da dos homens (3,30 anos), sendo, pois, inferior em 10,30%; já a menor discrepância, ainda em detrimento das mulheres, ocorria em Minas Gerais, com o perfil feminino (4,69 anos) correspondendo a 99,23% do masculino (4,96 anos), sendo inferior em somente 0,77%. Por outro lado, a menor discrepância favorável às mulheres era encontrada em Rondônia, onde a escolaridade feminina (2,87 anos) representava 100,70% da masculina (2,85 anos), superando-a em apenas 0,70%, enquanto a maior discrepância, ainda em favor do sexo feminino, dava-se no Piauí, com o perfil das mulheres (2,40 anos) chegando a representar 118,81% do dos homens (2,02 anos) , sendo superior em não menos que 18,81%.

Observe-se a situação, por região:

Região	Média de Estudo (em anos)		
	Homens	Mulheres	Diferença % (1)
Sudeste	4,96	4,69	- 5,44
Sul	4,50	4,33	- 3,78
Centro-Oeste	3,93	3,97	1,02
Norte	3,29	3,43	4,26
Nordeste	2,51	2,64	5,18

(1) Tomada a média dos homens como base 100%

Se, no Brasil, a escolaridade das mulheres, em relação à dos homens, era da ordem de 2,93% para menos, a diferença aumenta para -3,78% na Região Sul, e alcança o limite de -5,44% na Sudeste, invertendo-se a situação a partir da Região Centro-Oeste, com a escolaridade feminina superando a dos homens em 1,02%, diferença que cresce para 4,26% na Região Norte e 5,18% na Nordeste.

Sem se possuírem informações sobre as causas da ocorrência, à medida em que decresce o nível de escolaridade no comparativo das regiões, aumenta a representatividade do perfil de estudo das mulheres, relativamente ao dos homens.

Tomados os extremos, as mulheres do Nordeste atingiram 56,29% da escolaridade apresentada pelas mulheres do Sudeste, enquanto os homens limitaram-se à metade (50,60%) do perfil masculino daquela região.

O desequilíbrio era, pois, um pouco maior entre os homens, evento que se repete quando do comparativo por unidade.

Quer considerada a população masculina, quer a feminina, o Distrito Federal contava com o nível de estudo mais elevado (média de 6,57 anos para os homens e 6,13 para as mulheres), enquanto o Maranhão apresentava o nível mais baixo (2,00 anos para os homens e 2,23 para as mulheres), limitando-se, portanto, a 30,44% do perfil masculino do Distrito Federal e 36,38% do perfil das mulheres.

Comparando-se os percentuais da distribuição por anos de estudo (tabelas 8 e 9), permanece o Distrito Federal como a unidade em melhor situação: menor contingente sem instrução e menos de 1 ano de estudo (10,62% dos homens e 12,81% das mulheres), e maiores parcelas nos demais níveis (74,54% dos homens e 71,58% das mulheres, com 4 e mais anos de estudo; 41,60% dos homens e 38,89% das mulheres, com 8 anos e mais; 23,38% dos homens e 21,33% das mulheres, com 11 anos e mais; e, finalmente, 13,00% dos homens e 9,39% das mulheres, com 12 anos e mais). Observe-se que em todas as situações, e mais fortemente no nível superior, as mulheres do Distrito Federal apresentavam perfil inferior ao dos homens.

No outro extremo, apresentando os piores resultados, tem-se:

Maior contingente sem instrução e menos de 1 ano de estudo - Alagoas (57,31% dos homens e 56,14% das mulheres), respectivamente, proporções de 5,4 para 1 e 4,4 para 1, relativamente ao contingente de não instruídos do Distrito Federal;

Menor parcela com 4 e mais anos de estudo - Maranhão (22,93% dos homens e 26,68% das mulheres) - proporções de 1 para 3,3 e 1 para 2,7, ainda em relação ao Distrito Federal;

Com 8 e mais anos de estudo - Maranhão (7,90% dos homens e 9,67% das mulheres), proporções de 1 para 5,3 e 1 para 4;

Com 11 anos e mais - Maranhão (3,58% dos homens) e Rondônia (3,89% das mulheres), proporções respectivas de 1 para 7 e 1 para 5,5, também comparado ao Distrito Federal;

Com 12 anos e mais - Maranhão (0,98% dos homens e 0,89% das mulheres), proporções de 1 para 13,3 e 1 para 10,5.

Veja-se que, nas unidades em pior situação, as mulheres superam os homens em todos os níveis, podendo-se observar, também, diferenças menores entre as mulheres, quando é feito o comparativo com o Distrito Federal.

Tomado o País como um todo, no caso de se pretender a recuperação das pessoas em falta com o primário, haveria a ne

cessidade de atendimento a 48,04% da população masculina de 15 anos e mais, contra 49,07% das mulheres; no caso de se pretender a recuperação dos estudos de 1º grau, o atendimento estender-se-ia a 80,14% dos homens, contra 80,13% das mulheres.

Consideradas as unidades, o esforço máximo de atendimento, no caso da recuperação do primário, dar-se-ia no Maranhão (77,07% dos homens, contra 73,32% das mulheres), e o esforço mínimo, no Distrito Federal (25,46% dos homens, contra 28,42% das mulheres) ; da mesma forma, o esforço máximo de recuperação do 1º Grau dar-se-ia, ainda, no Maranhão (92,10% dos homens, contra 90,33% das mulheres), e o mínimo, no Distrito Federal (58,40% da população masculina, contra 61,15% da feminina).

As demais unidades estariam situadas dentro dos limites acima.

TABELA 08
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO MASCULINA, DE 15 ANOS E MAIS,
POR ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO -
BRASIL, 1980

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL	ANOS DE ESTUDO					
		Sem inst. e - de 1	4 e mais	8 e mais	11 e mais	12 e mais	Média
BRASIL	36 106 778	26,29	51,96	19,86	9,92	4,75	4,09
Norte	1 613 829	31,38	39,55	13,96	6,19	2,31	3,29
Rondônia	144 011	33,32	36,44	9,41	3,84	1,23	2,85
Acre	82 057	54,00	28,40	9,88	4,44	1,87	2,28
Amazonas	380 958	32,73	40,96	15,45	7,28	2,53	3,42
Roraima	23 361	30,55	46,78	16,42	6,99	2,50	3,61
Pará	939 185	28,93	39,59	14,10	6,14	2,41	3,35
Amapá	44 257	23,95	53,35	18,96	8,07	2,20	4,10
Nordeste	9 640 425	49,66	30,14	11,53	5,69	2,22	2,51
Maranhão	1 078 766	53,46	22,93	7,90	3,58	0,98	2,00
Piauí	562 034	56,70	23,64	8,78	3,78	1,46	2,02
Ceará	1 442 040	52,25	27,21	10,83	5,40	2,27	2,33
Rio Grande do Norte ..	531 067	49,64	31,81	11,49	5,43	2,48	2,57
Paraíba	741 025	53,97	27,07	10,49	5,46	3,00	2,31
Pernambuco	1 889 260	39,83	41,41	16,17	8,51	3,12	3,30
Alagoas	527 782	57,31	25,64	9,92	4,91	2,11	2,14
Sergipe	301 847	49,04	30,29	11,96	5,53	2,29	2,57
Bahia	2 566 604	49,58	29,41	11,22	5,39	1,98	2,46
Sudeste	16 770 484	15,94	63,02	25,37	13,15	6,59	4,96
Minas Gerais	4 090 386	23,72	50,60	16,30	7,95	3,59	3,89
Espírito Santo	621 787	23,34	54,41	19,73	9,33	3,43	4,14
Rio de Janeiro	3 727 065	11,63	71,85	33,70	17,41	8,87	5,82
São Paulo	8 331 246	13,49	65,82	26,53	14,10	7,29	5,17
Sul	6 024 330	15,51	61,43	20,19	9,21	4,37	4,50
Paraná	2 322 554	20,88	51,57	17,57	8,57	3,84	4,03
Santa Catarina	1 134 323	11,48	66,68	21,57	8,16	3,51	4,67
Rio Grande do Sul ...	2 567 062	12,43	68,05	21,96	10,27	5,24	4,86
Centro-Oeste	2 267 657	26,98	48,27	18,39	9,14	4,29	3,93
Mato Grosso do Sul ..	422 134	26,13	46,74	15,36	7,05	3,27	3,69
Mato Grosso	343 777	32,31	40,91	12,69	5,56	2,46	3,23
Goiás	1 152 195	30,67	43,05	14,16	6,64	2,55	3,42
Distrito Federal	349 551	10,62	74,54	41,60	23,38	13,00	6,57

Fonte: Censo Demográfico de 1980 - IBGE (Dados Elaborados pelo DEPLAN)

TABELA 09
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO FEMININA DE 15 ANOS E MAIS,
POR ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO -
BRASIL, 1980.

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL	ANOS DE ESTUDO					
		Sem inst. e - de 1	4 e mais	8 e mais	11 e mais	12 e mais	Média
BRASIL	37 267 549	28,52	50,93	19,86	10,06	3,83	3,97
Norte	1 542 280	32,52	42,55	15,52	6,88	1,85	3,43
Rondônia	117 534	35,72	36,81	9,79	3,89	0,99	2,87
Acre	75 650	48,59	33,70	11,09	4,60	1,83	2,60
Amazonas	371 394	33,55	43,67	16,33	7,66	1,87	3,52
Roraima	20 595	31,58	48,03	18,22	7,72	1,45	3,72
Pará	912 184	30,53	43,00	15,95	7,02	1,99	3,50
Amapá	44 923	29,13	51,79	21,30	9,09	1,54	4,06
Nordeste	9 974 208	48,45	32,21	12,42	6,27	2,01	2,64
Maranhão	1 100 775	52,64	26,68	9,67	4,53	0,89	2,23
Piauí	569 591	51,86	28,85	11,35	5,33	1,04	2,40
Ceará	1 593 945	44,28	33,06	12,35	6,22	1,84	2,73
Rio Grande do Norte .	559 991	40,55	39,39	13,20	6,27	2,28	3,05
Paraíba	842 458	46,55	33,65	12,35	6,20	2,80	2,74
Pernambuco	1 677 154	46,49	36,51	14,98	7,53	3,33	2,96
Alagoas	566 465	56,14	27,96	11,06	5,78	2,12	2,30
Sergipe	331 313	47,50	32,25	12,62	5,89	1,89	2,68
Bahia	2 712 516	50,49	30,90	12,34	6,61	1,65	2,55
Sudeste	17 240 295	20,17	59,61	24,41	12,74	5,12	4,69
Minas Gerais	4 187 324	27,09	49,76	17,79	9,63	3,09	3,86
Espírito Santo	615 978	27,69	51,46	20,65	10,92	3,06	4,04
Rio de Janeiro	4 009 464	15,70	66,86	30,76	15,73	6,36	5,32
São Paulo	8 427 529	18,32	61,64	24,95	13,01	5,70	4,78
Sul	6 089 087	18,93	59,77	23,08	11,14	3,83	4,33
Paraná	2 288 063	26,00	48,48	17,27	8,54	3,17	3,78
Santa Catarina	1 123 123	14,59	63,23	20,18	7,81	2,58	4,40
Rio Grande do Sul ...	2 677 901	14,71	66,91	22,64	10,74	4,90	4,78
Centro-Oeste	2 172 139	28,20	49,32	19,77	9,76	3,58	3,97
Mato Grosso do Sul ..	388 151	28,87	45,51	15,68	7,16	2,93	3,60
Mato Grosso	301 271	34,08	41,95	14,03	6,01	2,16	3,28
Goiás	1 102 605	31,67	45,01	16,19	7,71	2,20	3,55
Distrito Federal	380 112	12,81	71,58	38,89	21,33	9,39	6,13

Fonte: Censo Demográfico de 1980 - IBGE (Dados Elaborados pelo DEPLAN)

4.2 - A População de 7 a 14 Anos

Com base no Censo de 1980, obteve-se para o contingente masculino de 7 a 14 anos, no Brasil, 1,54 anos como média de estudo, e para o feminino, 1,74 anos.

Veja-se que nessa faixa de idade, ao contrário do que ocorreu com o grupo de 15 anos e mais, o perfil de estudo dos homens apresenta-se inferior ao das mulheres, diferindo em 0,20 ano, ou 11,49% para menos.

Quando na Lei 5 692/71 foi estabelecida a compulsoriedade do ensino de 1º grau para a faixa de 7 a 14 anos, não houve qualquer discriminação quanto ao sexo; daí, nada mais lógico que pressupor-se para essas populações igual oferta de oportunidades e condições de estudo.

Se isso ocorreu realmente, por que então a diferença? Seriam as mulheres mais inteligentes e capazes? Seriam, ainda, mais esforçadas e persistentes? Teriam havido divergências quanto às aspirações? Os homens incidiram em maiores taxas de não iniciação dos estudos, ingresso tardio, repetência e/ou evasão? As famílias privilegiaram as filhas, em detrimento dos filhos do sexo masculino?

Estas e mais uma série de outras questões deveriam ser consideradas a fim de que se fizesse possível a identificação das causas da disparidade constatada. Isso, contudo, não constitui tarefa fácil, ainda mais que boa parte das informações pertinentes, sequer, são disponíveis.

Daí porque se justificaria uma pesquisa específica, para identificar as razões do fenômeno apresentado pelo Censo.

Observe-se a composição etária dessas populações:

Idade	Homens		Mulheres	
	Número	%	Número	%
7 anos	1 510 437	13,05	1 480 107	12,97
8 anos	1 475 140	12,75	1 428 909	12,52
9 anos	1 426 816	12,33	1 397 074	12,24
10 anos	1 507 159	13,03	1 469 242	12,88
11 anos	1 414 452	12,22	1 396 627	12,24
12 anos	1 453 749	12,56	1 426 037	12,50
13 anos	1 374 604	11,88	1 385 975	12,15
14 anos	1 409 095	12,18	1 426 382	12,50
Total	11 571 452	100,00	11 410 353	100,00

Tanto os homens quanto as mulheres apresentavam distribuição aproximadamente uniforme, portanto, não correspondendo às expectativas de diminuição do contingente populacional, à medida que é aumentada a idade. Nos dois casos, diminui o número de pessoas dos 7 aos 9 anos, aumenta aos 10, volta a diminuir aos 11, aumenta aos 12, diminui aos 13, e, novamente, aumenta aos 14 anos, sendo que as variações são de pequena monta.

Como resultado, tem-se 10,45 anos como média de idade dos homens e 10,47 anos como média para as mulheres - as diferenças eram, pois, irrelevantes.

Consideradas as premissas de efetiva escolarização do universo de 7 a 14 anos, com observância da relação ideal série - idade, obter-se-iam, de acordo com essas distribuições, 3,45 anos como média de estudo para a população masculina e 3,47 anos como média para o contingente feminino.

Do comparativo destes dados, chega-se à conclusão de que as disparidades da composição etária, dada a insignificância, justificavam, para os homens, diferença de apenas 0,58% para menos, em relação à escolaridade das mulheres. Deduz-se, pois, que a questão

da idade teve participação inexpressiva como causa da diferença entre os perfis de estudo efetivamente obtidos por essas populações (11,49% a menos, para o sexo masculino).

O atraso em relação à situação de escolaridade ideal era tanto, que os homens limitaram-se a atingí-la em somente 44,64%, e as mulheres, embora conseguindo representatividade um pouco maior, situaram-se em apenas 50,14%.

Considerem-se as distribuições por estudo:

Anos de Estudo	População de 7 a 14 anos							
	Masculina				Feminina			
	Ideal		Real		Ideal		Real	
	%	%acum.	%	%acum.	%	%acum.	%	%acum.
Sem instrução								
e - de 1 ano	13,05	100,00	44,78	100,00	12,97	100,00	40,17	100,00
1 ano	12,75	86,95	15,30	55,22	12,52	87,03	15,21	59,83
2 anos	12,33	74,20	12,86	39,92	12,24	74,51	13,44	44,62
3 anos	13,03	61,87	9,88	27,06	12,88	62,27	10,89	31,18
4 anos	12,22	48,84	8,64	17,18	12,24	49,39	9,88	20,29
5 anos	12,56	36,62	4,43	8,54	12,50	37,15	5,13	10,41
6 anos	11,88	24,06	2,61	4,11	12,15	24,65	3,23	5,28
7 anos	12,18	12,18	1,22	1,50	12,50	12,50	1,65	2,05
8 anos	-	-	0,28	0,28	-	-	0,40	0,40
Total (1)	11 571 452		11 563 474		11 410 353		11 397 582	

(1) A diferença entre os totais (ideal e real, tanto da população masculina quanto da feminina), corresponde às pessoas sem declaração de estudo.

O atraso, quer dos homens, quer das mulheres, é facilmente constatado, bastando que se observe o acentuado afunilamento das distribuições, à medida em que aumentam os anos de instrução.

Por outro lado, o pior desempenho dos homens, relativamente às mulheres, fica caracterizado quando se observa a maior concentração desse sexo nos níveis de estudo mais baixos: no grupo sem

instrução e menos de 1 ano de estudo, havia 44,78% dos homens, contra 40,17% das mulheres, o que evidencia para o contingente masculino maior déficit quanto à iniciação dos estudos; com exatamente 1 ano, também predominava o percentual masculino (15,30%, contra 15,21%), enquanto nos demais níveis, ou seja, a partir dos 2 anos de estudo, as mulheres apresentavam parcelas maiores.

Tomado por base o modelo ideal, para cada pessoa sem instrução e com menos de 1 ano de estudo (13,05% da população masculina e 12,97% da feminina, ou o correspondente às pessoas de 7 anos), havia, na realidade, 3,4 homens (44,78%) contra 3,1 mulheres (40,17%).

Tomado por base o contingente masculino, para cada pessoa que completou, pelo menos, a 2ª série (39,92% com 2 e mais anos de estudo), tinha-se 1,1 mulher (44,62%), contra 1,9 da situação ideal para ambos os sexos (74,20% dos homens e 74,51% das mulheres, que correspondem à faixa de 9 a 14 anos); para cada homem com pelo menos a 4ª série completa (17,18%), havia 1,2 mulher (20,29%), contra 2,8 da situação ideal para os homens e 2,9 para as mulheres (respectivamente, 48,84% e 49,39%, que correspondem ao grupo de 11 a 14 anos); para cada pessoa do contingente masculino com, no mínimo, a 6ª série completa (4,11% da população), encontrava-se 1,3 pessoa do sexo feminino (5,28%), contra 5,9 do modelo ideal para os homens e 6 para as mulheres (respectivamente, 24,66% e 24,65%, que correspondem às pessoas de 13 a 14 anos).

Note-se, entretanto, que caso observada a relação ideal série-idade, não seria encontrado nenhum indivíduo com 1º grau completo (8 anos de estudo), já que o contingente com 14 anos (maior idade) deveria estar por concluir a 8ª série; tinha-se, contudo, naquela situação, 0,28% dos homens e 0,40% das mulheres (proporção de 1 para 1,4) indicando que, a despeito da grande maioria com atraso, havia uma pequena parcela que se encontrava adiantada (seguramente, tal evento ocorre nas demais séries).

Confirmando a defasagem em relação à situação

ideal, como, também, a diferença entre os sexos, observa-se que, no Brasil, ao invés da escolarização do universo de 7 a 14 anos, apenas 66,6% da população masculina e 67,7% da feminina frequentavam escola, em 1980. Por sua vez, a taxa de analfabetismo era de 38,9% para os homens, contra 34,4% das mulheres.

4.2.1 - Se surpreende o fato de, no Brasil, as mulheres de 7 a 14 anos contarem com perfil de escolaridade melhor que o dos homens, impressiona, ainda mais, a constatação de que o fenômeno se repete, sem exceção, em todas as unidades da Federação. Ficam, pois, reforçadas as indagações sobre as causas da ocorrência, posto que agora tem-se conhecimento da universalização do problema.

O comparativo pode ser feito a partir das tabelas 10 e 11, às páginas 93 e 94, ou, ainda, com detalhamento maior, utilizando-se as tabelas do Anexo (volume II).

Segue a classificação das unidades, segundo a ordem crescente do valor percentual que assume a média de anos de estudo da população masculina, relativamente à média de anos de estudo da população feminina, tomada esta como base 100%:

a) representatividade menor que 75% - Paraíba (71,96%), Piauí (74,49%) e Ceará (74,75%);

b) entre 75 e 80% - Maranhão (75,27%), Rio Grande do Norte (76,64%), Sergipe (79,25%), Bahia (79,80%);

Veja-se que nas 7 unidades já relacionadas (todas do Nordeste), a escolaridade masculina difere da feminina em mais de 20% para menos.

No grupo a seguir, onde a diferença situa-se entre 20 e 15%, são incluídas as outras 2 unidades do Nordeste (Pernambuco e Alagoas), juntamente com 2 das 6 unidades da Região Norte e 1 da Região Centro-Oeste.

c) entre 80 e 85% de representatividade - Acre (80,01%), Pernambuco (80,45%), Alagoas (80,85%), Pará (83,19%) e Goiás (83,89%);

d) entre 85 e 90% - Amazonas (85,47%), Rondônia

(86,61%), Mato Grosso (86,81%), Minas Gerais (87,50%), Roraima (88,62%), Amapá (88,89%), que completa a Região Norte, e Rio de Janeiro (89,95%);

e) representatividade acima de 90% (diferença menor que 10%) - Espírito Santo (90,05%), Rio Grande do Sul (91,27%), Mato Grosso do Sul (91,36%), São Paulo (92,77%), que completa a Região Sudeste, Distrito Federal (93,44%), que completa a Região Centro-Oeste, e Paraná (93,56%) e Santa Catarina (94,02%), que completam a Região Sul.

Como se pode perceber, a unidade que mais discriminou essas populações foi a Paraíba, onde os homens, apresentado em média 0,77 ano de estudo, alcançaram apenas 71,96% da escolaridade das mulheres (1,07 ano), sendo inferior em 28,04%, portanto, mais do dobro da diferença encontrada no Brasil (11,49%).

Ainda na Paraíba, mais de dois terços (68,41%) do contingente masculino integravam o grupo sem instrução e com menos de 1 ano de estudo, enquanto o feminino limitava-se a menos de três quintos (58,70%). Com pelo menos a 2ª série completa (2 e mais anos de estudo) tinham-se 2 de cada 10 homens (20,16%), contra 3 de 10 mulheres (28,03%); com, no mínimo, a 4ª série completa, havia 7,28% dos homens, para 10,51% das mulheres; tendo completado a 6ª série ou mais, 1,67% do sexo masculino, contra 2,58% do feminino.

No outro extremo, Santa Catarina aparece como a unidade que apresentava a menor discrepância, com a escolaridade dos homens (média de 2,36 anos de estudo) chegando a representar 94,02% da escolaridade das mulheres (média de 2,51 anos), ou seja, uma diferença negativa de 5,98% - metade da diferença constatada para o País, e, aproximadamente, um quinto da observada na Paraíba.

Considerado o contingente que nunca frequentou escola ou não completou 1 ano de estudo, tinha-se, em Santa Catarina, 24,66% dos homens e 22,72% das mulheres; com pelo menos a 2ª série completa eram encontrados 59,07% do total masculino, contra 62,03% do feminino; com 4 e mais anos de estudo, havia 29,54% dos homens, para 33,33% das mulheres; com 6 anos e mais, 8,55% da população mas

culina, contra 9,15% da feminina.

Veja-se as proporções entre os sexos, nessas duas unidades e Brasil, por nível de estudo:

Estudo	Santa Catarina		Paraíba		Brasil	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sem instrução e - de 1 ano (1)	1,09	1	1,17	1	1,11	1
1 ano e mais (2)	1	1,03	1	1,31	1	1,08
2 anos e mais (2)	1	1,05	1	1,39	1	1,12
4 anos e mais (2)	1	1,13	1	1,44	1	1,18
6 anos e mais (2)	1	1,07	1	1,54	1	1,28

(1) Tomadas as mulheres por base 1; (2) tomados os homens por base 1. As proporções foram calculadas, independentemente, nas três localidades.

Percebe-se destes dados, que:

a) Tanto em Santa Catarina, como na Paraíba e no Brasil, os homens apresentam-se em maior proporção do que as mulheres, quanto à não iniciação dos estudos, sendo que, mais na Paraíba que em Santa Catarina, ficando o Brasil numa situação intermediária (proporções respectivas de 1,09 para 1; 1,17 para 1 e 1,11 para 1) . Acrescente-se que este fato é comum a todas as unidades.

b) Em Santa Catarina, a proporção de 1,03 mulher para 1 homem, com 1 e mais anos de estudo, aumenta para 1,05 em 1 , com 2 anos e mais, 1,13 em 1, com 4 anos e mais, e baixa para 1,07 e 1, com 6 anos e mais, indicando que os homens, relativamente as mulheres, incidiram em maior evasão/repetência da 1ª à 3ª série, e menor da 4ª à 5ª. Da tabela 26 do Anexo (página 206, volume II), poderá ser percebido que da 6ª série em diante, a evasão/repetência volta a ser menor entre as mulheres.

c) Usando o mesmo raciocínio, tem-se que, na Paraíba, mais que no Brasil a evasão/repetência ao longo de todo o 1º grau foi maior entre os homens; observação que é extensiva à grande

maioria das unidades.

Uma vez verificado para a faixa de 7 a 14 anos o predomínio da escolaridade feminina em todas as unidades da Federação, forçosamente o fenômeno repetir-se-ia nas diferentes regiões.

A exemplo do que ocorreu com as populações urbana e rural, a diferenciação entre os sexos apresenta-se tanto maior quanto menor o perfil instrucional nas regiões. Tal comportamento se deu, quase que como regra, entre as unidades.

Média de Estudo (em anos)			
Região	Homens	Mulheres	Diferença % (1)
Sul	2,14	2,30	-6,96
Sudeste	1,98	2,18	-9,17
Centro-Oeste	1,43	1,64	-12,80
Norte	1,01	1,20	-15,83
Nordeste	0,83	1,07	-22,43

(1) Tomada a média das mulheres como base 100%.

No Nordeste, onde se dava a maior discrepância, os homens limitaram-se a 77,67% da escolaridade feminina, ou seja, apresentaram perfil inferior em 22,43%; quase o dobro da diferença constatada para o País (-11,49%) e mais do triplo da encontrada no Sul (-6,96%), onde os sexos mais se aproximavam. No Sudeste chegou-se a -9,17%, passando a -12,80% no Centro-Oeste e -15,83% no Norte.

Comparados os extremos, o contingente masculino do Nordeste, contando com 0,83 ano como média de estudo, limitou-se a 38,79% da escolaridade masculina da Região Sul (2,14 anos), enquanto as mulheres, com média de estudo de 1,07 anos, atingiram 46,52% do perfil feminino daquela região (2,30 anos), sendo, pois, maior a diferença instrucional entre os homens.

Por outro lado, enquanto no Nordeste o contingente masculino limitou-se a um quarto (24,06%) do desempenho ideal (3,45 anos como instrução média), e o feminino situou-se em menos de um terço (30,84%) do modelo teórico correspondente (média de 3,47 anos) ,

na Região Sul, homens e mulheres cumpriram a escolaridade ideal em, respectivamente, 62,03% (mais de três quintos) e 66,28% (dois terços).

Se a discrepância era grande entre as regiões, era ainda maior entre as unidades, sendo que, também aqui, a heterogeneidade apresentava-se mais acentuada entre os homens.

Considerado o contingente masculino (vide tabela 10 à página 99), o melhor desempenho se deu em Santa Catarina (média de 2,36 anos de estudo); seguiam-se, acima da média nacional (1,54 anos), Rio Grande do Sul (2,30 anos), Distrito Federal (2,28), São Paulo (2,18), Rio de Janeiro (1,97), Espírito Santo (1,90), Paraná (1,89), Minas Gerais (1,68) e Amapá (1,60), estando incluídas neste grupo todas as unidades que compõem as regiões Sul e Sudeste, 1 da Centro-Oeste e 1 da Norte. Com o pior desempenho tinha-se o Acre, com instrução média de 0,72 ano, representando menos de um terço (30,51%) da escolaridade constatada em Santa Catarina.

Considerado o contingente feminino (vide tabela 11, à página 100), o Rio Grande do Sul, com 2,52 anos como média de estudo, é quem apresentou o melhor perfil, enquanto Santa Catarina passou a ocupar a segunda colocação (2,51 anos); seguiam-se, superando a média do País (1,74 ano), Distrito Federal (2,44), São Paulo (2,35), Rio de Janeiro (2,19), Espírito Santo (2,11), Paraná (2,02), Minas Gerais (1,92) e Amapá (1,80). Na pior situação, mais uma vez, o Acre (média de 0,90 ano, ou o equivalente a 35,71% da escolaridade das mulheres do Rio Grande do Sul).

Se em Santa Catarina o sexo masculino atingiu 68,41% do desempenho ideal, limitou-se a 66,66% no Rio Grande do Sul, 66,09% no Distrito Federal, 63,19% em São Paulo, 57,10% no Rio de Janeiro, diminuindo para as demais unidades, até chegar à representatividade mínima de 20,87% no Acre.

Por outro lado, se no Rio Grande do Sul e Santa Catarina as mulheres alcançaram, respectivamente, 72,62% e 72,33% da escolaridade ótima, baixaram para 70,32% no Distrito Federal, 67,72% em São Paulo, 63,11% no Rio de Janeiro, continuando a diminuir para

as unidades restantes, até alcançarem o limite mínimo de 25,94% no Acre.

Considerada a distribuição por estudo da população masculina (tabela 10), tinha-se:

Menor e maior contingente sem instrução e menos de 1 ano de estudo - Santa Catarina (24,66% dos meninos de 7 a 14 anos) e Acre (69,92%) - proporção de 1 para 2,8;

Maior e menor contingente com pelo menos a 2ª série completa - Santa Catarina (59,07%) e Acre (19,39%) - proporção de 3 para 1;

Maior e menor contingente com, no mínimo, a 4ª série completa - Santa Catarina (29,54%) e Acre (6,21%) - proporção de 4,8 para 1;

Maior e menor contingente com a 6ª série ou mais - Santa Catarina (8,55%) e Piauí (1,24%) - proporção de 6,9 para 1. Nessa situação o Acre contava com 1,29%.

Considerada a distribuição por estudo da população feminina (tabela 11), os máximos e mínimos eram os seguintes:

No grupo sem instrução e menos de 1 ano de estudo - Rio Grande do Sul (22,32% das meninas de 7 a 14 anos) e Alagoas (63,82%) - proporção de 1 para 2,9;

Com a 2ª série ou mais - Rio Grande do Sul (62,38%) e Acre (23,97%) - proporção de 2,6 para 1;

Com no mínimo a 4ª série completa - Rio Grande do Sul (33,59%) e Acre (8,43%) - proporção de 4 para 1;

Com pelo menos a 6ª série - Distrito Federal (9,20%) e Acre (1,62%) - proporção de 5,7 para 1. O Rio Grande do Sul com 8,85%, era, também, superado por Santa Catarina (9,15%), indicando que, naquela unidade, após completada a 4ª série, as meninas abandonavam e/ou repetiam mais que no Distrito Federal e Santa Catarina.

TABELA 10
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO MASCULINA DE 7 A 14 ANOS, POR
ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO -BRASIL,
1980.

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL	ANOS DE ESTUDO				
		Sem inst. e - de 1	2 e mais	4 e mais	6 e mais	Média
BRASIL	11 563 474	44,78	39,92	17,18	4,11	1,54
Norte	649 294	57,57	27,23	8,61	1,81	1,01
Rondônia	55 681	53,77	30,77	9,20	1,42	1,10
Acre	34 583	69,62	19,39	6,21	1,29	0,72
Amazonas	157 839	58,10	26,72	8,79	1,76	1,00
Roraima	8 094	42,36	40,13	13,94	2,95	1,48
Pará	372 987	58,04	26,55	8,11	1,80	0,99
Amapá	20 110	40,47	42,50	16,56	3,56	1,60
Nordeste	3 766 103	65,89	21,93	7,60	1,69	0,83
Maranhão	433 613	70,83	18,73	6,18	1,44	0,70
Piauí	239 102	67,90	19,81	5,87	1,24	0,73
Ceará	572 287	68,99	19,57	6,51	1,44	0,74
Rio Grande do Norte .	200 786	57,62	28,06	9,69	2,07	1,05
Paraíba	299 321	68,41	20,16	7,28	1,67	0,77
Pernambuco	651 284	57,54	27,90	10,30	2,38	1,07
Alagoas	216 484	69,23	19,99	7,17	1,57	0,76
Sergipe	127 353	64,70	22,53	7,41	1,41	0,84
Bahia	1 025 873	67,22	20,96	7,29	1,57	0,79
Sudeste	4 524 491	31,80	51,01	23,26	5,70	1,98
Minas Gerais	1 329 687	38,44	44,95	18,78	3,56	1,68
Espírito Santo	200 988	35,11	48,75	22,45	5,68	1,90
Rio de Janeiro	919 358	30,40	50,92	21,66	5,92	1,97
São Paulo	2 074 458	27,85	55,13	26,90	6,97	2,18
Sul	1 842 307	28,80	54,79	25,94	6,35	2,14
Paraná	802 591	33,62	49,86	21,52	4,88	1,89
Santa Catarina	366 052	24,66	59,07	29,54	8,55	2,36
Rio Grande do Sul ...	673 664	25,29	58,36	29,27	6,92	2,30
Centro-Oeste	781 161	45,26	37,87	14,51	3,17	1,43
Mato Grosso do Sul ..	144 640	43,14	39,78	15,02	2,88	1,48
Mato Grosso	123 310	49,55	34,21	11,49	2,06	1,25
Goiás	408 718	49,36	33,37	11,95	2,41	1,25
Distrito Federal	104 493	25,13	57,12	27,42	7,88	2,28

Fonte: Censo Demográfico de 1980 - IBGE (Dados Elaborados pelo DEPLAN)

TABELA 11
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO FEMININA DE 7 A 14 ANOS, POR
ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO- BRASIL,
1980.

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL	ANOS DE ESTUDO				
		Sem inst. e - de 1	2 e mais	4 e mais	6 e mais	Média
BRASIL	11 397' 582	40,17	44,62	20,29	5,28	1,74
Norte	635 564	52,18	32,29	11,19	2,52	1,20
Rondônia	52 535	48,35	35,49	11,43	1,72	1,27
Acre	33 298	63,74	23,97	8,43	1,62	0,90
Amazonas	155 568	53,39	31,21	10,93	2,49	1,17
Roraima	7 862	39,02	45,20	16,43	3,77	1,67
Pará	366 191	52,25	31,96	10,88	2,57	1,19
Amapá	20 110	37,70	47,00	20,70	4,95	1,80
Nordeste	3 757 384	58,58	28,22	10,44	2,51	1,07
Maranhão	431 168	63,67	24,57	8,83	2,28	0,93
Piauí	240 817	59,95	26,70	8,75	2,00	0,98
Ceará	572 034	60,37	26,43	9,10	2,02	0,99
Rio Grande do Norte .	200 147	48,38	36,57	13,83	3,05	1,37
Paraíba	299 728	58,70	28,03	10,51	2,58	1,07
Pernambuco	654 151	50,22	34,72	13,83	3,49	1,33
Alagoas	217 351	63,82	24,47	9,40	2,27	0,94
Sergipe	125 671	58,01	28,28	10,10	2,08	1,06
Bahia	1 016 317	61,40	26,14	9,62	2,33	0,99
Sudeste	4 443 547	28,39	55,16	26,75	7,29	2,18
Minas Gerais	1 307 640	33,87	50,38	22,81	4,92	1,92
Espírito Santo	196 235	31,31	53,14	25,94	7,31	2,11
Rio de Janeiro	901 731	26,51	55,53	25,56	7,49	2,19
São Paulo	2 037 941	25,44	58,24	29,87	8,71	2,35
Sul	1 792 003	26,40	58,02	29,33	7,57	2,30
Paraná	783 076	31,50	52,55	23,95	5,79	2,02
Santa Catarina	355 768	22,72	62,03	33,33	9,15	2,51
Rio Grande do Sul ...	653 159	22,32	62,38	33,59	8,85	2,52
Centro-Oeste	768 960	40,33	42,97	17,71	4,20	1,64
Mato Grosso do Sul ..	139 684	40,48	43,11	17,56	3,63	1,62
Mato Grosso	118 676	44,76	38,64	14,32	2,93	1,44
Goiás	402 394	43,75	39,47	15,42	3,43	1,49
Distrito Federal	108 206	22,52	60,61	30,17	9,20	2,44

Fonte: Censo Demográfico de 1980 - IBGE (Dados Elaborados pelo DEPLAN)